

HISTÓRIA E MEMÓRIA DO FEMINISMO ACADÊMICO NO BRASIL: O NÚCLEO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE A MULHER-NEIM/UFBA (1983-2020)¹

Cecilia M. B. Sardenberg²

Resumo:

Este trabalho analisa a institucionalização do feminismo acadêmico no Brasil, a partir do registro da história e memória do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM, da UFBA. Trata-se do núcleo dessa ordem mais antigo do país, pioneiro na criação de um departamento e de programas de graduação e pós-graduação em estudos feministas no Brasil. Defendo aqui que o fazer feminista nas ciências e na academia se faz necessário, tanto como crítica ao androcentrismo que grassa na produção de conhecimento, quanto no tocante à desconstrução das práticas e estruturas patriarcais acadêmicas. Retomo, assim, uma discussão sobre a institucionalização do feminismo nas universidades brasileiras iniciada há mais de duas décadas, refletindo, desta feita, não apenas sobre os caminhos percorridos e os avanços registrados desde então, como também sobre as conexões e tensões que têm marcado esse trajeto e os novos desafios postos para nós, ‘feministas acadêmicas’. Registrar a história e memória do NEIM/UFBA nos permitirá vislumbrar de forma mais substantiva essas importantes facetas dos feminismos acadêmicos no Brasil, em especial, sua intersecção com outros campos discursivos de ação feminista, com especial atenção ao que tange à formulação e implementação de políticas locais, nacionais e globais, que avançam as lutas das mulheres. Para tanto, faço uso do instrumental teórico-metodológico proposto por Sonia Alvarez (2014) quanto à relevância de pensarmos o fazer feminista em diferentes espaços como *campos discursivos de ação feminista*. A trajetória do NEIM e as diferentes atividades desenvolvidas pelo núcleo dão mostras da conectividade entre esses diferentes campos, como também o quanto nossa história reflete os próprios caminhos e (descaminhos) da história do país nessas nossas quase quatro décadas de funcionamento.

Palavras Chave: campos de ação feminista; feminismos acadêmicos; núcleos de estudos sobre mulheres e gênero; estudos feministas; NEIM/UFBA

Abstract:

This work analyzes the institutionalization of academic feminism in Brazil, based on the history and memory of UFBA's Center for Interdisciplinary Studies on Women - NEIM. It is the oldest nucleus of this order in the country, pioneering the creation of a department and undergraduate and postgraduate programs in feminist studies in Brazil. I argue here that feminist practice in the sciences and academia is necessary, both as a criticism of androcentrism that is prevalent in the production of knowledge, as well as with regard to the deconstruction of academic patriarchal practices and structures. Thus, I return to a discussion on the institutionalization of feminism in Brazilian universities, began more than two decades ago, reflecting, this time, not only on the paths taken and the advances registered since then, but also on the connections and tensions that have marked this path and the new challenges posed to us, 'academic feminists'. Registering the history and memory of NEIM / UFBA will allow us to see in a more substantive

¹ Este artigo é dedicado às antigas e atuais companheiras do NEIM e, muito em especial, à Alda Britto da Motta, uma das fundadoras do núcleo e precursora, ao lado de Zahidé Machado Neto, dos Estudos Feministas na UFBA, bem como à memória de nossa querida colega e amiga, Ana Alice Alcantara Costa, também fundadora do NEIM e cuja atuação foi decisiva para os avanços no campo dos feminismos acadêmicos no Brasil (veja-se SARDENBERG, 2015a). Uma primeira versão do trabalho foi inicialmente apresentada ao Congresso da LASA realizado no Rio de Janeiro, de 11-14 Junho de 2009 (SARDENBERG, 2009), constituindo-se, posteriormente, em projeto de pesquisa apresentado ao CNPq (SARDENBERG, 2015b), mas sem incluir a discussão sobre o NEIM. Já o trabalho aqui apresentado inclui trechos de um relato anterior discutindo os primeiros 15 anos do NEIM (SARDENBERG, 1998).

² Professora Titular de Antropologia (aposentada) credenciada como Professora Permanente de Teoria Feminista do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos - PPGNEIM, da Universidade Federal da Bahia- UFBA, tendo atuado também como Professora Permanente credenciada nos Programas de Pós-Graduação em Antropologia e Pós-Graduação em Ciências Sociais. Obteve o Bacharelado em Antropologia na Illinois State University (1977), Mestrado em Antropologia na Boston University (1981), Doutorado em Antropologia, Boston University (1997) e Estágio Pós-Doutoral como Visiting Fellow no Institute of Development Studies (IDS), University of Sussex, Inglaterra (2003; 2005; 2013)

way these important facets of academic feminisms in Brazil, in particular, its intersection with other discursive fields of feminist action, with special attention to the formulation and implementation of policies local, national and global, that advance women's struggles. For that, I use the theoretical and methodological tools proposed by Sonia Alvarez (2014) regarding the relevance of thinking about feminist action in different spaces as discursive fields of feminist action. The trajectory of NEIM and the different activities carried out by the nucleus show the connectivity between these different fields, as well as the extent to which our history reflects the paths and (deviations) of the country's history in our nearly four decades of operation.

Key Words: fields of feminist action; academic feminisms; research centers on women and gender; feminist studies; NEIM/UFBA



Foto NEIM; Comemoração dos 30 anos do NEIM (maio de 2013) na Assembléia Legislativa da Bahia.

INTRODUÇÃO

Foi em meados de março de 1983 que nossa saudosa colega, Ana Alice Alcantara Costa, então recém contratada como Professora do Departamento de Ciência Política, regressou de um encontro feminista no Rio de Janeiro com a proposta de criação de um núcleo de estudos sobre a mulher na Universidade Federal da Bahia. Para apresentá-la, convocou uma primeira reunião de pesquisadoras e professoras da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, todas nós autoidentificadas feministas, que já trabalhávamos com essa temática de forma isolada. Sucederam-se, depois, várias outras reuniões para a elaboração e apresentação do projeto ao Colegiado do Mestrado de Ciências Sociais, que aprovou e oficializou o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM³ como órgão vinculado ao Mestrado em maio de 1983.

Tratava-se de algo ainda bastante inusitado para a Bahia na época e, para comemarmos nossa ousadia, formulamos um programa de Ciclo de Debates e procuramos o diretor de uma fundação internacional, que então apoiava a expansão dos cursos de pós-graduação da UFBA, para solicitarmos apoio também para o NEIM. Embora acatando nossa solicitação, ele tentou nos convencer de que não valeria a pena nos empenharmos na criação do núcleo. Argumentou que o interesse nos estudos sobre a mulher era apenas um 'modismo', algo passageiro, sem maior consequência científica ou acadêmica. E acrescentou, 'nada de falarmos de feminismos', pois, além de se tratar de um movimento inexpressivo, que jamais avançaria na academia, só o uso dessa palavra poderia espantar outras pesquisadoras a se juntarem a nós.

Este trabalho tem por objetivo registrar a história e memória do NEIM que, acredito eu, bem demonstra o quão equivocado estava aquele senhor. Como veremos à frente, com mais de 37 anos de existência, o NEIM se destaca hoje não somente como o núcleo de estudos feministas em funcionamento mais antigo do país, como também por suas diferentes realizações no campo do ensino, pesquisa e extensão, com destaque para

nosso pioneirismo na criação de programas de graduação (Bacharelado em Gênero e Diversidade)⁴ e pós-graduação (Mestrado e Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos)⁵ e de um departamento vinculado a FFCH/UFBA no campo dos estudos feministas.⁶

Sabe-se que, ao contrário do que aquele senhor previra, nas últimas quatro décadas o campo dos estudos sobre mulheres e relações de gênero cresceu, ampliou-se e vem legitimando nesse processo o feminismo acadêmico como um dos principais campos de ação dos feminismos no mundo. Por certo, não foi uma aventura passageira; mas essa caminhada não tem sido algo fácil. Como já observara Teresa de Lauretis na introdução do livro. *Feminist Studies, Critical Studies*, publicado nos idos dos anos 1980, a expressão “estudos feministas” implica uma contradição de propósitos, vez que se trata de:

[...] um tipo de atividade feminista que tem lugar principalmente na instituição acadêmica, a universidade, ou seja, uma instituição de conhecimento formal e uma instituição do Estado. Mas o feminismo não é uma instituição, nem é – ou melhor, nem parece ser – uma questão para o conhecimento formal (LAURETIS, 1986, p.3, tradução nossa).

Assim mesmo, verificou Lauretis, havia muita pressão no sentido de uma crescente institucionalização do conhecimento feminista e do seu *mainstreaming*. E acrescentou mais adiante: “[...] a definição do feminismo e os efeitos da sua institucionalização (tanto a pressão para, quanto a resistência à) estão inter-relacionados e se constituem como questões de fundamental importância para as feministas discutirem” (LAURETIS, 1986, p.6, tradução nossa).

Vinte anos depois, a questão da contradição em referência aos estudos feministas foi retomada por Judith Stacey (2000, p.1190), ao se referir à expressão ‘feminismo acadêmico’

³ www.neim.ufba.br

⁴ <http://www.generoediversidade.ufba.br/>

⁵ <http://www.ppgneim.ffch.ufba.br/>

⁶ <https://ffch.ufba.br/?q=estudo-genero-feminismo-contato>

como uma expressão ‘oximorônica’, ou seja, formada por palavras de sentidos opostos, uma contradição em termos. Conforme exposto por Stacey, acadêmico se refere a algo ou alguém “tão escolástico ao ponto de ignorar totalmente o mundo exterior”, ou então “teórico e especulativo sem propósitos ou intenções práticas”, ou que produz algo sem uso prático. Por outro lado, a produção de conhecimento feminista é por suposto politicamente engajada, com propósitos práticos definidos, razão pela qual falar de feminismo acadêmico se torna contraditório, por definição.

Segundo a própria Judith Stacey observa, porém, a expressão ‘feminismo acadêmico’ vem há tempos sendo comumente utilizada, tanto em referência ao feminismo que se pratica no âmbito acadêmico, quanto à produção teórica feminista propriamente dita. Ou seja, o feminismo acadêmico é uma realidade. Mas, certo é que nossas teorias e práticas têm suscitado calorosos debates, aqui e acolá, sendo alvo de críticas até mesmo contundentes vindas de diferentes direções. De um lado, a crítica conservadora, antifeminista, tem acusado o feminismo acadêmico de não ser nem acadêmico nem suficientemente científico, questionando sua politização (PATAI, 1994). De outro, as feministas mais radicais argumentam que a institucionalização do feminismo na academia tem alimentado não apenas um crescente distanciamento entre feministas acadêmicas e ativistas, como também o processo de ‘disciplinamento’ do feminismo segundo os moldes acadêmicos tradicionais, patriarcais (MESSER-DAVIDOW, 2002), contribuindo até mesmo para a ‘corporativização’ do ensino superior, o que contradiz princípios feministas (NEWSON, 2002).

Chegou-se mesmo a falar da ‘morte do feminismo acadêmico’ (THE SOCIAL JUSTICE GROUP, 2000), vez que, com a institucionalização do feminismo na academia, sobretudo com o desenvolvimento dos *women’s studies*, “[...] o pensamento feminista – uma tradição intelectual produzida principalmente por mulheres atuantes no movimento – transformou-

se em ‘teoria feminista’, produzida na academia, onde se desenvolve independente do ativismo feminista” (RELKE, 1996, p.2, tradução nossa). E não têm sido poucas as críticas dirigidas à ‘teoria feminista’, em especial, à dita pós-moderna, a exemplo do artigo das inglesas, Liz Stanley e Sue Wise, em que algumas questões bastante desconcertantes são levantadas sobre a suposta ‘revolução ausente’ na teoria feminista. Assim perguntam elas: “De quem é a teoria feminista? O que precisamente significa ‘teoria feminista’ e para quais grupos de pessoas? De que maneira e em que grau ela se difere das formas dominantes/androcêntricas de teorizar?” (2000, p.261, tradução nossa).

Note-se que embora esses questionamentos sejam dirigidos principalmente ao feminismo acadêmico norte-americano e canadense (e em menor medida, ao europeu), eles têm ressonância também na América Latina, o Brasil inclusive, acirrando a tensão já existente entre feministas atuantes na academia e no movimento social, ou como se dizia nos idos dos anos 1970, “entre militantes e pesquisadoras” (CORRÊA, 2001). No entanto, diferente do que acontece nos países do Norte, se observa na América Latina maior tendência a pensar o feminismo acadêmico como um espaço “político-analítico”, tal qual expresso nas palavras de Maria Soledad Martinez Miranda (2003, p.37, tradução nossa):

A abertura de espaços acadêmicos para os estudos sobre mulheres e gênero representaria um espaço político-analítico, um espaço de luta pela reivindicação de grupos sociais que permanecem nas margens. Uma vez conquistados, esses espaços se convertem em importantes espaços de luta frente à ausência de discursos representativos de outros setores sociais, que possam contribuir para a ampliação das discussões sobre a realidade social. Mais ainda, promovem reflexões profundas de considerações políticas e epistêmicas que incidem nas próprias estruturas dos currículos universitários.

Sigo a linha de pensamento dessa autora, pois, no meu entender, o fazer feminista nas ciências e na academia não só é possível, como se

faz necessário, seja como crítica ao androcentrismo que grassa na produção de conhecimento, seja no tocante à desconstrução das práticas e estruturas patriarcais acadêmicas. Concordo assim com Silvia Yannoulas, Adriana Vallejos e Zulma Lenarduzzi (2000, p.427), quando afirmam que: “[...] o objetivo fundamental das acadêmicas feministas tem sido o de gestar um re-acondicionamento do espaço científico/acadêmico e estimular a produção de um conhecimento científico não sexista”. E comungo das considerações de Donna Haraway (2003, p.88-89) sobre ser equivocado pensar esse campo como algo contrário ao ativismo político, vez que abre espaço para a reprodução e transformação dos feminismos: “[...] jovens feministas reinventam o feminismo continuamente em seus trabalhos, em apresentações culturais, nas artes, nos estudos, na política”.

Neste artigo, portanto, pretendo levar adiante a discussão proposta por Teresa de Lauretis décadas atrás, detendo-me, no particular, nos “efeitos da institucionalização do feminismo” no Brasil e, mais precisamente, no feminismo acadêmico, ou seja, no ativismo feminista no âmbito científico-acadêmico, a partir da história do NEIM. Retomo, assim, uma discussão sobre a institucionalização do feminismo nas universidades brasileiras iniciada há mais de duas décadas (COSTA; SARDENBERG, 1994; SARDENBERG, 1998; COSTA; SARDENBERG; VANIN, 2010), refletindo, desta feita, não apenas sobre os caminhos percorridos e os avanços registrados desde então, como também sobre as conexões e tensões que têm marcado esse trajeto e os novos desafios postos para nós, ‘feministas acadêmicas’.

Acredito que registrar a história e memória do NEIM/UFBA nos permitirá vislumbrar de forma mais substantiva essas importantes facetas dos feminismos acadêmicos no Brasil, em especial, sua intersecção com outros campos discursivos de ação feminista. No que se segue, portanto, proponho-me a retrair sua trajetória e seus avanços, bem como as conexões, tensões e desafios postos, com especial atenção ao que tange à formulação e implementação de

políticas locais, nacionais e globais, que avançam as lutas das mulheres.

Para melhor abordar tais questões, faço uso do instrumental teórico-metodológico proposto por Sonia Alvarez (2014) quanto à relevância de pensarmos o fazer feminista em diferentes espaços como *campos discursivos de ação feminista*. Segundo essa autora (2014, p.18), campos discursivos de ação feminista, tal como outros campos de ação, se “[...] articulam, formal e informalmente, através de redes político-comunicativas”, costuradas, por assim dizer, “[...] por cruzamentos entre pessoas, práticas, ideias e discursos.” Elas interconectam grupos, ONGs, indivíduos em diferentes espaços na sociedade civil, na sociedade política, Estado, academia, etc. Além disso, como ressalta Alvarez (IBID:ibidem), os campos também se articulam “discursivamente através de linguagens, sentidos, visões de mundo pelo menos parcialmente compartilhadas, mesmo que quase sempre disputadas, por uma espécie de gramática política que vincula as atoras/es que com eles se identificam.”

Como espero demonstrar no que se segue, a trajetória do NEIM e as diferentes atividades desenvolvidas pelo núcleo não só dão mostras dessa conectividade entre os diferentes campos, como também o quanto nossa história reflete os próprios caminhos e (descaminhos) da história do país nessas nossas quase quatro décadas de funcionamento. Creio, pois, ser relevante discutir nossa história em termos dessas diferentes décadas, iniciando, porém, com uma breve discussão sobre o feminismo acadêmico como um dos campos discursivos de ação feminista atuantes no país.

Antes de adentrar por essa discussão, contudo, devo ressaltar que me permito percorrer a trajetória do NEIM, aqui e ali, na primeira pessoa do singular, já que sou uma das fundadoras do núcleo e valho-me da minha própria memória para costurar a nossa história, parte integrante da história dos feminismos acadêmicos no Brasil. Estou ciente, porém, de que nossas memórias são reconstruídas em termos do presente, dentro de circunstâncias e ideias atuais. Tanto em termos do indivíduo quanto de um grupo, lembrar não é

reviver o passado; trata-se de um ato criativo, mais de construção do que ‘reconstrução’ do passado. Se de um lado, como no dizer de Ecléa BOSI (1987:27) “fica o que significa”, de outro, os significados não são imutáveis. “Os significados são colocados em risco na ação” (SAHLINS, 1987, p.9). Estão, portanto, fadados a provar a sua relevância em circunstâncias distintas ou serem descartados por outros significados que se ajustem mais ao presente. De qualquer forma, a memória, no seu processo criativo, articula presente e passado, referindo sempre um ao outro (HOBSBAWN, 1972), ou seja, “a memória representa o passado e o presente como conectados um ao outro e, assim, consistentes um com o outro” (FENTRESS; WICKHAM, 1992, p.4). Acredito, assim, que diante de um tempo presente, de pandemia e desmonte das políticas de direitos humanos, a história do NEIM, em minhas memórias, acalenta a alma para enfrentar a ‘sofrença’ que experimentamos no momento atual.

FEMINISMO ACADÊMICO COMO CAMPO DISCURSIVO DE AÇÃO FEMINISTA

O feminismo é “prática política e pensamento crítico”, afirma Maria Betânia Ávila (2004:1). Mas, segundo muitas narrativas da história do movimento alegam, enquanto no início da retomada do feminismo, em meados nos anos 1960, prática política e pensamento crítico eram exercidos de forma conjunta, idealmente nos grupos de conscientização e ação, a partir dos anos 1970, com a emergência dos *women’s studies* nas universidades, começou a se estabelecer uma suposta divisão do trabalho, ficando a prática política com o movimento social e o pensamento crítico teórico conosco, as ditas ‘feministas acadêmicas’. Gradativamente, segundo as narrativas, foi se procedendo a um afastamento cada vez maior entre esses dois campos, sobretudo com a institucionalização dos estudos sobre mulheres (e, depois, sobre gênero e feminismos), de sorte que a teoria feminista produzida na academia deixou de ser relevante

para os movimentos. Aliás, esse é um motivo constante de intermináveis discussões com nossas amigas feministas que não atuam na academia e que teimam em afirmar, “nós, do movimento, vocês, da academia”.

Sem dúvida, é preciso reconhecer que as exigências das práticas do campo do ‘movimento’ se distinguem das exigências e práticas científicas e acadêmicas. Estas se movem em um ritmo mais lento: o tempo é longo entre a elaboração de um artigo - e mais ainda de um livro - e sua publicação, por exemplo. O que não implica em dizer que essa publicação não seja uma ação política feminista.

Essa é uma das ‘fábulas’ que ainda persistem no pensamento feminista como parte do seu “mito de criação” (ALVAREZ, 2014) e que responde por muitas das críticas ao feminismo acadêmico. Emprego aqui o termo ‘fábula’, pois quem se embrenha pelos caminhos do feminismo acadêmico no país, logo percebe que suas protagonistas fazem militância quase que cotidiana dentro da universidade e em outros espaços científico-acadêmicos, seja no campo do ensino, da pesquisa ou da extensão universitária, militando lado a lado com outros grupos feministas e de mulheres do ‘movimento social’. Tenho mais de quarenta e cinco anos de vida acadêmica e posso afirmar, com toda convicção, que fazer feminismo acadêmico no Brasil tem implicado não apenas um trabalho de sensibilização, articulação e cooperação com diferentes grupos de mulheres, instituições da sociedade civil e órgãos governamentais na perspectiva das relações de gênero, como também lutas constantes para garantir a legitimidade e espaço para o desenvolvimento de nossos cursos, estudos, pesquisas e atividades de extensão universitária (SARDENBERG; COSTA, 1994; SARDENBERG, 1998). Por certo, isso vem se tornando ainda mais difícil desde o golpe contra o governo da Presidenta Dilma Rousseff, em 2016, que trouxe ao poder governos retrógrados, antifeministas, anticientíficos, em guerra com as

universidades e com o que definem como “ideologia de gênero” (CASTRO, 2018).

Lucila Scavone já ressaltava, em 2007, que além das tensões e debates pelo comando de posições hegemônicas na construção do objeto maior, enfrentamos uma luta pelo reconhecimento do campo dos estudos feministas

[...] como *campo científico legítimo* dentro de um campo científico mais abrangente. Constituir-se como disciplina acadêmica e/ou como linha de Pesquisa em Cursos de Graduação e Pós-Graduação nas áreas das Ciências Humanas, Sociais e Filosofia; ter financiamento voltado às suas linhas de pesquisa; ter espaço em Congressos das áreas, ter seus resultados difundidos em veículos reconhecidos pelo campo disciplinar (Sociologia, Antropologia, História, Política,) ou pelo próprio campo temático, são alguns dos exemplos desta busca de legitimidade institucional, política e científica (SCAVONE, 2007, p., grifos da autora).

Nesse artigo, Lucila Scavone lida com as lutas travadas por feministas acadêmicas na França, mas é certo que não tem sido muito diferente em outros contextos. Por exemplo, em artigo baseado em sua experiência desenvolvendo o campo dos estudos feministas em uma universidade pública, comunitária, no norte da Inglaterra, Dorothy Moss e Julie Pryke (2007) relatam as imensas dificuldades encontradas em levar adiante tal proposta, o que culminou com as duas sendo exoneradas, inclusive pela impossibilidade de separarem, na prática, o feminismo acadêmico do ativismo feminista. Outro exemplo: a pesquisa desenvolvida por Sue Jackson (2004) sobre mulheres no mundo acadêmico no Reino Unido revelou que as experiências das mulheres nas universidades são tidas como “não acadêmicas,” face ao domínio de uma cultura masculina patriarcal no espaço acadêmico, que afeta toda a experiência universitária. Para Jackson, o espaço acadêmico das universidades é “gendrado” tanto física, geográfica, emocional quanto intelectualmente falando, o que, podemos acrescentar, mostra a relevância de um feminismo acadêmico.

Experiências semelhantes também foram relatadas em relação a países da América Latina, a exemplo da discussão de Yamila Azize Vargas (1994) sobre o processo de criação de programas de estudos sobre mulheres em Porto Rico; de Maria Luisa Femenias (2005) sobre essa campo de estudos na Argentina e; de Mayra Zapparolli Zecca (2004) em torno do ocorrido na Costa Rica, dentre outros trabalhos desse teor (ESPINA, 2006; VARGAS, 1993). Há também o relevante relato de Amanda Gouws (2012) sobre os desafios enfrentados em ser uma feminista acadêmica na África do Sul, além das pertinentes considerações de Amina Mama (2011, p.4) sobre o desenvolvimento de pesquisas feministas na África, onde, de acordo com essa autora, “[...] as universidades permanecem implantadas em culturas institucionais patriarcais” e as mulheres ainda são minoria e suas contribuições intelectuais acabam “relegadas às margens ou rapidamente ignoradas”.

Ressalte-se que, apesar do seu relativo sucesso, tal situação também caracterizou o contexto em que se deu a construção do campo de estudos sobre mulheres nos Estados Unidos. Segundo relatou Marcia Landy (1973) ao retrair a história da criação do programa de *women's studies* na University of Pittsburgh, também lá esse processo não se deu sem tropeços, ao contrário, implicou em longas batalhas e conflitos mesmo entre as acadêmicas que defendiam o referido programa.

Observe-se, outrossim, que muitas turbulências também foram sentidas no desenvolvimento de estudos e pesquisas no campo dos estudos de gênero no Brasil, particularmente nas regiões Norte e Nordeste. Conforme pontuam Adenilda Bertoldo Alves de Moraes e Maria Eulina Pessoa de Carvalho (2014, p.235) em artigo baseado em relatos de professoras da Universidade Federal do Maranhão: “Os estudos de gênero são vistos como menos importantes e se inserem através de grupos independentes. As professoras lutam por reconhecimento, ora isoladamente, ora conjuntamente.”

Em outro artigo de sua autoria com Glória Rabay (Moraes; Carvalho; Rabay, 2014, s/n),

dessa feita com base no testemunho de dez professoras/pesquisadoras feministas vinculadas à REDOR – Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos sobre Mulheres e Relações de Gênero, sobre a qual falaremos mais adiante, as referidas autoras concluem afirmando que diante das barreiras encontradas, as feministas acadêmicas “[...] fazem dos estudos de gênero suas motivações e compromisso político, fazendo da militância uma bandeira de luta para que suas contribuições sejam reconhecidas na academia.”

Apesar dessa constatação, a fábula sobre a suposta divisão do trabalho entre acadêmicas e ativistas ainda permanece no imaginário de militantes feministas. Confesso que até eu mesma fui levada por ela anos atrás (COSTA; SARDENBERG, 1994). Creio que parte do problema reside nos conceitos com os quais temos trabalhado; eles nos levam a pensar em movimento social e feminismo acadêmico como formações políticas feministas radicalmente distintas, ainda que abarcadas pelo guarda-chuva ‘feminismo’. Trabalhar, outrossim, com a noção de “campo feminista” e, mais precisamente, com “campos discursivos de ação feminista”, proposta por Sonia Alvarez (2014), nos permite melhor apreender os processos de trocas, conexões, tensões entre diferentes campos de ação feminista, reconhecendo todos como formações políticas, de militância, portanto como campos fluidos, pois: “Seus parâmetros e fronteiras, ou limites, são fluidos e formam parte das disputas políticas que os constituem e os reconfiguram” (ALVAREZ, 2014, p.46).

Por certo, pensar os estudos feministas como um “campo científico” não se constitui como novidade. Lucila Scavone (2007), Lia Zanotta Machado (1994) e Marlise Matos (2008) bem trataram da questão inspiradas nas propostas de Pierre Bourdieu (1983), caracterizando o campo dos estudos feministas também como um campo de poder e, portanto, de disputas. Tal visão também foi trabalhada por Miriam Grossi (2004, p.218, grifos da autora), em artigo no qual propôs que denominássemos esse campo como “*de estudos feministas, de mulheres e de gênero*”, lembrando que cabem nele tanto estudos sobre

mulheres quanto estudos sobre homens, uma vez que ambos constituem o objeto tanto das teorias feministas (sob o ângulo da dominação masculina) quanto dos estudos de gênero (sob o ângulo das relações entre mulheres e homens, mulheres e mulheres, homens e homens).”

Sem desmerecer as importantes contribuições dessas companheiras, defendo que pensar o feminismo acadêmico como um dentre outros campos discursivos de ação feminista não apenas resgata a noção de dinamismo e fluidez das ações feministas na academia, como também amplia nosso espectro de análise para dar conta das conexões, trocas, tensões entre os diferentes campos feministas, sem, contudo, deixar de reconhecer seus limites, ainda que fluidos.

Segundo ressalta Sonia Alvarez (2014, p.17-18, grifos da autora), “[...] os movimentos feministas, ao igual que a maioria dos chamados movimentos sociais, geralmente se expandem *para além da sociedade civil*.” Eles podem avançar tanto lateralmente, em um processo denominado por Alvarez de *sidestreaming*, em que o fluxo dos discursos e das práticas de feminismos ditos plurais se desloca para outras instâncias da sociedade civil, ou então, podem fluir verticalmente com o *mainstreaming*, podendo assim se deslocar “em direção à sociedade política, ao Estado, e outros públicos dominantes nacionais e transnacionais.” Isso pode resultar na multiplicação de campos discursivos de ação feministas que poderão, também, se mover eles próprios por meio de processos semelhantes. Sonia Alvarez (2014, p. 42) observa que o movimento de mulheres negras no Brasil, “[...] ao se entrecruzar cada vez mais com outros feminismos em diversos pontos e momentos, hoje talvez se constitui, *em si mesmo*, em um campo discursivo de ação, extenso e diverso, ele próprio composto por várias vertentes, vários “*sidestreams*” [...]. Tendo por base a história do NEIM, que tenho vivenciado desde o início, penso que o mesmo pode ser afirmado em relação ao feminismo acadêmico entre nós.

NEIM/UFBA, A PRIMEIRA DÉCADA (1983-1993): direitos e diretas⁷

Sabe-se que a institucionalização dos feminismos na academia tem assumido, em diferentes países e regiões, características e ritmos próprios ao seu contexto histórico, como de resto acontece com a emergência de movimentos do campo feminista como um todo. Nos Estados Unidos, a partir de fins da década de 1960, os ‘estudos sobre mulheres’ experimentaram um progressivo desenvolvimento na década seguinte, quando se verificou, naquele país, a consolidação de cursos multidisciplinares de bacharelado, mestrado e doutorado nesse campo específico (MONTECINOS, 1996). Processo um pouco diferente teve lugar em países da Europa, ganhando nuances específicas aos sistemas acadêmicos europeus. Na Inglaterra, por exemplo, os estudos feministas não foram deslançados inicialmente no âmbito das universidades, mas sim nos cursos de “educação para adultos” (*Adult Education*). O primeiro desses cursos foi oferecido por Juliet Mitchell na “Anti-University”, só chegando à academia nos anos 1980 com programas específicos (JACKSON, 2000). Ao contrário do que se verificou nos Estados Unidos, contudo, poucos departamentos de “estudos sobre mulheres” têm seu quadro docente próprio, de sorte que, a maior parte das feministas acadêmicas do Reino Unido está vinculada a outros departamentos, tal qual, nos parece, acontece em geral no Brasil.

Como bem aponta Sue Jackson (2000, p.3), porém, o feminismo acadêmico não se desenvolve apenas no âmbito imediato dos programas de estudos sobre mulheres. O desenvolvimento de pesquisas, a criação de periódicos e linhas de publicação específicas, a realização de encontros e congressos e o surgimento de associações e redes de estudos sobre mulheres e gênero expressam também o crescimento do feminismo acadêmico,

⁷ Partes dessa seção foram discutidas em trabalho anterior (SARDENBERG, 1998), bem como em artigo elaborado com Ana Alice Costa (COSTA; SARDENBERG, 1994) e, mais recentemente, em artigo escrito com Márcia Macêdo (2020, no prelo).

traduzindo-se na abertura de novos espaços para a troca de ideias, reflexões e visões entre feministas.

Com efeito, estudos sobre o feminismo acadêmico no Brasil sugerem que esses foram os espaços primeiros para deslançar o feminismo acadêmico entre nós (HEILBORN; SORJ, 1999; COSTA, 1996, 1994; COSTA; BLAY, 1992), privilegiando-se, aqui, inicialmente, tal como ressalta Fúlvia Rosemberg (1993, p.), a pesquisa, ao invés do ensino; os cursos de pós-graduação no lugar da graduação e uma ação para além do âmbito universitário, de sorte que “[...] a academia tem sido e segue sendo, apenas um dos contextos em que tem lugar a produção e divulgação dos conhecimentos sobre mulher/relações de gênero”.

Não custa lembrar que na década de 1970, quando os *women's studies* se desenvolviam nos Estados Unidos, vivia-se no Brasil ainda sob o jugo da ditadura militar, com pouco espaço para movimentos libertários, como o feminista. “Nesse cenário,” segundo aponta Celi Pinto (2003, p.61), “as mulheres entravam em contato com o feminismo internacional por meio de viagens ou pela literatura, introduziam as questões, formavam grupos de reflexão, propunham encontros, mas tinham muito pouco sucesso em transformar suas problemáticas em temas do debate público”.

Isso se refletia no espaço acadêmico. De acordo com o que considerou Albertina de Oliveira Costa (1994, p. 403): “Antes de 1970, a pesquisa sobre mulher encontra-se numa espécie de limbo. Os raros estudos existentes se encaixam nas óticas tradicionais das disciplinas e não têm ressonância; destacam-se isolados na ousadia de abordar um tema menor.” Pode-se, dizer que esses eram, na verdade, trabalhos pioneiros, tal como, *A Mulher na Sociedade de Classes*, de Heleieth Saffioti (1969) publicado nos anos 1960, e na década seguinte, *A Mulher na Indústria Paulista*, de Eva Blay, além das publicações de Rose Marie Muraro, a exemplo de *A Mulher na Construção do Mundo Futuro*, publicado em 1967. Esse seria, portanto, um primeiro momento – o de ‘centramento’ no desenvolvimento do feminismo acadêmico no Brasil, o processo de ‘descentramento’, como segundo momento, se verificando a partir do final da década de 1970,

com o surgimento de grupos de discussão em associações científicas - a exemplo dos grupos 'Mulher e Trabalho' e 'Mulher e Política', na ANPOCS -, bem como dos concursos de dotações para pesquisas sobre mulheres, organizados pela Fundação Carlos Chagas, com o apoio da Fundação Ford. Desta sorte, considera Albertina de Oliveira Costa (1994, p.402) que:

Os anos 70 são uma fase de expansão e fortalecimento das ciências sociais no Brasil. Com a reforma universitária, altera-se o marco mandarínico burocrático para uma estrutura mais permeável e flexível, ampliam-se os cursos de pós-graduação, revigoram-se os organismos governamentais de fomento à produção científica onde, finalmente, as ciências sociais logram obter financiamentos. Este conjunto de reformas fornece um estímulo preferencial à pesquisa', em detrimento do ensino.

Os anos 1980 trouxeram as manifestações a favor da retomada da democracia no país, com destaque para os movimentos sociais voltando às ruas, o feminismo dentre eles. Esse processo foi também impulsionado pela realização, em 1975, da I Conferência Mundial das Mulheres, na Cidade do México, quando foi promulgada a Década Mundial das Mulheres pelos países membros da Organização das Nações Unidas – ONU ali presentes, seguindo-se a II Conferência dessa ordem, em 1980, em Copenhague e, a III, em 1985, realizada em Nairobi, que legitimaram as lutas das mulheres também no Brasil. De fato, em 1979, com a promulgação da Convenção pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres – CEDAW pela ONU em 1979, verificou-se no Brasil, apesar de todas as limitações impostas pela ditadura militar, a abertura de espaços para a realização de estudos e debates sobre a condição feminina na sociedade brasileira, criando-se, inclusive, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para se debruçar sobre tal questão (PINTO, 2003).

Em tempo, tudo isso abriria espaço também para a criação de núcleos de estudos sobre mulheres e relações de gênero nas universidades e grupos de pesquisa, a exemplo do

Núcleo de Estudos da Mulher – NEM, na Pontifícia Universidade Católica – PUC, do Rio de Janeiro, criado em fins de 1980 por iniciativa da feminista Fanny Tabak, Professora de Ciência Política. Conforme relatou a referida professora em entrevista concedida ao site ComCiência em 2003:

[...] eu já vinha participando há muitos anos do movimento organizado de mulheres, de conferências e congressos internacionais e havia dirigido pesquisas patrocinadas pela Unesco sobre a condição da mulher. Na conferência da ONU em Copenhague, em 1980, ouvi pela primeira vez a expressão Women's Studies, numa série de sessões patrocinadas pela Fundação Ford. [...]

Após participar dessa conferência, decidi criar o primeiro Núcleo Acadêmico de Estudos sobre a Mulher (NEM), em fins de 1980. Ele serviria de modelo para outros, criados juntos a universidades federais - o da Bahia está completando 25 anos (TABAK, 2003, apud ComCiência)⁸

Há de se ressaltar que, em meados dos anos 1970, quando o feminismo ressurgia no Brasil, alguns estudos pioneiros sobre a problemática da mulher já eram desenvolvidos na UFBA por docentes e discentes integrantes do então Mestrado em Ciências Humanas (SARDENBERG, 1998). Esse interesse tinha certamente como inspiração a disciplina oferecida, já a partir de 1975, pela socióloga Zahidé Machado Neto, qual seja, a "Sociologia da Família e Relações Entre os Sexos", pioneira na Bahia. Note-se, porém, que, tal como nos confidenciou a Professora Alda Britto da Motta, orientanda da Profa. Zahidé, esses estudos enfrentavam muita resistência, senão mesmo hostilidade, o que lhes conferia um caráter de 'militância', no sentido da legitimação e reconhecimento de sua relevância científica.

Ao lado desses estudos sobre mulheres na UFBA, porém, surgia também um movimento feminista em Salvador, tendo como marco a

⁸ Disponível em: <http://www.comciencia.br/dossies-1-72/entrevistas/mulheres/tabak.htm>

criação, em 1979, do Grupo Feminista Brasil Mulher, o “BM”. Formado por mulheres de esquerda que integraram o Movimento pela Anistia e enfrentando os debates travados entre feministas e os partidos de esquerda sobre a questão das ‘lutas gerais vs. lutas específicas’, o BM se definiu, em 1980, como um grupo autônomo de ação e reflexão feminista, embarcando logo de início em uma ampla campanha contra a violência doméstica, que denunciava a aberrante impunidade com que a justiça baiana acatava os culpados nos crimes passionais quando a vítima era mulher (SARDENBERG, 1998). Em junho de 1981, do mesmo ano, o BM promoveu, em Salvador, o III Encontro Nacional Feminista, realizado conjuntamente ao encontro nacional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência- SBPC, no Campus da UFBA. Nesse encontro, o BM se destacou com a apresentação da peça, *Grite Fogo!* no circo de debates que fora erguido na ‘Praça da SBPC’, contando com a participação de integrantes e simpatizantes do Brasil Mulher. Tratou da questão da violência contra a mulher, sendo reapresentada repetidas vezes na Bahia como elemento de mobilização para a luta das mulheres. Uma dessas apresentações ocorreu durante a I Semana de Antropologia (outubro, 1981) promovida pelo Departamento de Antropologia da UFBA, quando se criou um espaço para discussões sobre a ‘questão da mulher’ e da sexualidade (SARDENBERG, 1998).

Pode-se dizer que já se verificava então na UFBA a construção de um “ambiente de maior receptividade à análise e discussão de questões ainda polêmicas na sociedade mais ampla,” o que possibilitou a criação do NEIM como grupo vinculado ao Mestrado em Ciências Sociais (SARDENBERG, 1998). Todavia, assim mesmo, essa iniciativa não foi vista com ‘bons olhos’ pela comunidade docente como um todo, sendo alvo de deboche por alguns de nossos pares, que nos identificavam de forma pejorativa como ‘mulherólogas’.

Houve também críticas a nossa militância, já que eram evidentes, no nosso caso,

os fortes laços entre o NEIM e o Grupo Brasil Mulher, verificando-se um amplo intercâmbio de pessoal entre os dois grupos por conta da forte identificação de objetivos. Relembre-se, aliás, que foi após seu retorno do Encontro de Mulheres sobre Saúde, Sexualidade, Contracepção e Aborto, realizado no Rio de Janeiro em março de 1983, que a Profa. Ana Alice Alcantara Costa, representante do BM naquele encontro, tomou a iniciativa de reunir professoras e estudantes da FFCH/UFBA interessadas nos estudos sobre mulheres, para propor a criação de um núcleo de estudos dessa ordem na Bahia. Participaram das primeiras reuniões não apenas mulheres com uma prática de militância feminista, mas também professoras de diferentes departamentos da Faculdade de Filosofia, emprestando ao novo núcleo, desde a sua formação, um caráter eminentemente interdisciplinar e interdepartamental (SARDENBERG, 1998).⁹

Vale observar que o nome escolhido - Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – traduziu tanto o fato das fundadoras se identificarem com diferentes tradições disciplinares (e/ou departamentos), quanto o consenso das participantes quanto à necessidade de uma abordagem multi e interdisciplinar aos estudos em torno da problemática da mulher. Por outro lado, ao especificar ‘mulher’ e não ‘mulheres’, ou mesmo ‘gênero’ ou ‘relações de gênero’, como foi o caso dos núcleos universitários de formação posterior, o nome então escolhido refletia as preocupações tanto teórico-metodológicas quanto prático-políticas do projeto feminista que se forjava no Brasil no início dos anos oitenta (SARDENBERG, 1998).

⁹ Além da Profa. Ana Alice Costa, participaram das primeiras reuniões as Professoras Alda Britto da Motta e Maria Luiza Belloni, ambas do Departamento de Sociologia, Maria Lígia Quartim de Moraes, bolsista do CNPq-Recém Doutor no Centro de Recursos Humanos-CRH e com uma história de militância em grupos feministas no Brasil e no exterior, Cecilia M. B. Sardenberg, do Departamento de Antropologia, também com militância anterior em grupos de ação feminista nos Estados Unidos e, mais tarde, no Brasil Mulher, e a mestranda Maria Amélia Almeida, integrante do Grupo Feminista Brasil Mulher, que iriam compor a equipe inicial do NEIM.

Como vimos anteriormente, uma dotação inicial ao NEIM permitiu a promoção de uma série de eventos que deram projeção ao núcleo, atraindo novos membros e a participação das integrantes em eventos que tratavam, de certa maneira, da problemática da mulher e o seu papel na comunidade baiana. Destaca-se, também, a criação, em 1984, do Centro de Documentação e Informação (CDI) Zahidé Machado Neto, assim denominado em homenagem à memória da precursora dos estudos sobre a mulher na Bahia, falecida naquele ano. O CDI contava então com um pequeno acervo reunido a partir de doações de livros nacionais e estrangeiros, teses de mestrado e doutorado e trabalhos diversos, que traziam apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão do Núcleo (SARDENBERG, 1998).

Nesses dois primeiros anos, a equipe do NEIM se dedicou a essas atividades, procurando introduzir novos cursos sobre mulheres e relações de gênero nos respectivos programas e departamentos aos quais as participantes do núcleo se vinculavam (SARDENBERG, 1998). Não raro, porém, essas tentativas deparavam-se com certa ‘má vontade’ por parte de colegas e nem sempre os do sexo masculino. Conforme relatei em meu Memorial de Títulos:

Por muito tempo, lutei pela criação da disciplina ‘Antropologia de Gênero’ no Programa do Curso de Ciências Sociais, mas não consegui entusiasmar meus colegas de departamento para que se levasse a proposta adiante. O processo foi perdido, engavetado, sumiu! Só consegui oferecer essa disciplina como ‘Curso Monográfico’, estando agora, neste presente semestre, oferecendo finalmente o Curso Monográfico em Antropologia Feminista. Já considero isso uma pequena vitória! Devo ressaltar, porém, que conseguimos introduzir a disciplina Antropologia de Gênero no Programa do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade, curso que brotou dos esforços da equipe do NEIM (SARDENBERG, 2016, p.60).

É certo que, nos anos 1980, porém, impulsionada pelo avanço do movimento de mulheres que se ampliava em todo país pela

conquista dos direitos constitucionais e pela criação dos conselhos e delegacias de proteção à mulher, a equipe do NEIM se engajou intensamente nessa luta, saindo às ruas e ganhando projeção fora dos muros da Academia (SARDENBERG, 1998). Dedicávamo-nos, assim, tanto para o que Sonia Álvarez (2014) identifica como processo de *sidestreaming* ou ‘horizontalização’, difundindo as propostas feministas entre outros movimentos sociais da cidade, quanto para o *mainstreaming*, isto é, para sua institucionalização no aparato do Estado.

Com efeito, a presença do Núcleo se fez então sentir por meio de suas integrantes, tanto no movimento de mulheres de Salvador, quanto em instâncias e órgãos formuladores de políticas públicas de interesse das mulheres, em vários níveis e formas de atuação. Incluem-se aqui: a participação na Comissão Especial da Mulher da Câmara de Vereadores de Salvador; no Conselho Municipal da Mulher no qual o NEIM teve representação formal; nas discussões que resultaram na criação da Delegacia de Proteção à Mulher; na Comissão de Combate à Violência, articulação de diversas entidades de mulheres, responsável por todas as ações e discussões prévias à formulação da proposta de criação do Conselho Estadual da Mulher, com a perspectiva de ter também representação formal nele; e, no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), órgão vinculado ao Ministério da Justiça, dando consultoria, em várias ocasiões, para o processo de elaboração e implementação de políticas públicas (SARDENBERG, 1998; AQUINO, 2002).

Nesse tocante, há que se destacar a efetiva e relevante atuação da equipe do Núcleo na articulação nacional comandada pelo CNDM durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988), bem como na formulação de propostas constitucionais que foram encampadas integralmente pelo Fórum de Mulheres de Salvador e incluídas no Capítulo da Mulher da Constituição do Estado da Bahia de 1988 (COSTA, 1998). Segundo relatado em trabalho anterior:

Naquela época, nós, feministas atuantes no Fórum de Mulheres de Salvador, nos reunimos várias vezes para discutir a inclusão de um capítulo específico sobre os direitos das mulheres na nova *carta magna* baiana.

Inspiradas pelos avanços conquistados por nós na Constituição Federal de 1988 com a mobilização de mulheres, em todo país e, em especial, pelo chamado “Lobby do Batom” – o lobby exercido diretamente junto aos deputados e deputadas constituintes -- ousamos ir além formulando uma proposta ainda mais progressista para a Bahia. Dentre outras questões de interesse das mulheres, incluímos nessa proposta disposições sobre a prevenção da violência contra as mulheres e a obrigatoriedade de criação de delegacias especiais de atendimento às vítimas em cidades com mais de 50.000 habitantes, a proibição da exigência por parte de empregadores de comprovantes de esterilização das trabalhadoras, a criação de comissões especiais para monitorar as pesquisas no campo da reprodução humana, e – de interesse especial para o momento -- o impedimento da veiculação de mensagens que aviltassem a imagem das mulheres.

Nossa ousadia se revelava, tanto no teor dessas propostas, quanto no fato de que, para defendê-las na Constituinte Estadual, contávamos apenas com a Deputada Amábília Almeida, a única mulher então exercendo mandato naquela casa. Mas, nesse ponto, não havia o que temer. Com muita diplomacia, a nossa querida Amábília, companheira de muitas batalhas, conquistou mais aquela, logrando transformar nossas propostas em princípios e leis sagradas na Constituição Estadual de 1989. Foi assim que a Bahia passou a ter uma das constituições mais avançadas do país no tocante aos direitos das mulheres (SARDENBERG, 2011, s/p).

Desde então, passamos a desenvolver um trabalho de assessoria, estabelecendo, periodicamente, parcerias com as ‘comissões da mulher’, tanto da Câmara de Vereadores de Salvador, quanto da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia (ALBA), assim como com o Conselho Municipal da Mulher e, em tempo, com o Conselho Estadual da Mulher da Bahia, no qual ainda temos assento e uma presença atuante. Data desse período, também, o início de parcerias do NEIM com a Comissão da Mulher da Ordem dos

Advogados do Brasil – Sessão Bahia e com a Delegacia Especial de Atendimento à Mulher – DEAM, com destaque para nossa participação na organização do Primeiro Encontro da Mulher Policial da Bahia, realizado em Salvador, em outubro de 1988, sob a coordenação da DEPOM (Delegacia de Proteção à Mulher, que depois se tornou a DEAM).

A equipe do NEIM também participou ativamente na organização das demandas dos movimentos de mulheres por ocasião dos trabalhos voltados para a elaboração da Lei Orgânica do Município de Salvador, realizando, inclusive, pesquisa no Subúrbio Ferroviário de Salvador, como subsídio à emenda popular relativa a creches comunitárias, apresentada pela Federação das Associações de Bairros de Salvador - FABS (COSTA, 1998).

Desse trabalho surgiu uma parceria com a AMPLA – a Associação de Moradores de Plataforma, onde Antonia Garcia (hoje pesquisadora associada do NEIM) desenvolvia um trabalho de mobilização comunitária entre as mulheres do bairro. A AMPLA era associada à FABS, surgindo desse trabalho conjunto uma proposta de criação do CEMS – o Centro da Mulher Suburbana (SARDENBERG, 2019). Com o objetivo de apoiar a criação do CEMS e, de um modo geral, os movimentos de mulheres do Subúrbio, elaboramos um projeto que foi aprovado pela Fundação Ford. Esse foi o primeiro projeto de apoio institucional à equipe do NEIM para realização de atividades de extensão e pesquisa junto aos movimentos de mulheres de Salvador, um projeto, aliás, bastante ambicioso, constituído por cinco subprojetos, a saber: a) atuação comunitária, voltado para a ampliação e fortalecimento do trabalho de assessoria aos grupos de mulheres dos bairros periféricos de Salvador, prioritariamente a proposta de criação do CEMS; b) Perfil da Mulher Suburbana, pesquisa tipo sondagem com o objetivo de caracterizar com maior precisão a clientela a ser atendida pelo CEMS; c) uma pesquisa participativa, com o intuito de mapear a participação política das mulheres da área, com ênfase na atuação das mulheres nos movimentos

sociais; d) um programa de formação de mulheres vinculadas às associações de moradores do Subúrbio Ferroviário associadas à FABS, voltado para questões de saúde e sexualidade; e) Cursos de Formação e Sensibilização de Mulheres sobre seus Direitos Constitucionais, ministrados nas associações de moradoras dos diversos bairros do Subúrbio Ferroviário de Salvador, pelas multiplicadoras sob a supervisão e acompanhamento da equipe de formadoras do NEIM e, por fim; f) um apoio ao Centro de Documentação Zahidé Machado, na perspectiva de ampliar o atendimento, centralizar e sistematizar as informações fornecidas pelos projetos anteriores (SARDENBERG, 2015e; SARDENBERG, 2016; SARDENBERG, 2019).

Esse trabalho envolveu várias associações de moradores do Subúrbio e quase toda a equipe do NEIM, inclusive bolsistas de iniciação científica, além de integrantes do Grupo de Estudos da Mulher – GEM, da Escola de Enfermagem da UFBA, uma experiência deveras positiva que abriu novos caminhos de ação e novas parcerias para o NEIM. Mas há de se salientar novamente que, nessa época, nem sempre nossa atuação nos movimentos de mulheres, ou mesmo nos órgãos formuladores de políticas de interesse da mulher, foi vista com ‘bons olhos’ na UFBA, havendo, inclusive, quem chegasse a duvidar da seriedade do trabalho desenvolvido pelo Núcleo (SARDENBERG, 1998). Sem dúvida, esse questionamento provinha de uma concepção bastante estreita do papel social da universidade, ou do que se caracteriza como ‘atividade acadêmica’, ou mesmo como ‘atividade de extensão’. Ademais, se é certo que em determinados momentos (por exemplo, no auge da Campanha pelos Direitos Constitucionais da Mulher), o NEIM não tenha se dedicado, enquanto grupo, às discussões por acaso mais aprofundadas em torno de questões teórico-metodológicas, isso jamais significou que os membros da equipe estivessem, necessariamente, à margem dos avanços registrados na sua área de estudos, destacando-se aí as discussões sobre a problemática de gênero. Ao contrário, na medida do possível (ou seja, dos recursos financeiros

disponíveis), nos fizemos sempre presentes nessas discussões, participando dos Grupos de Trabalho da ANPOCS (inclusive na coordenação); no Grupo de Pesquisas ‘Relações de Trabalho e Relações de Poder’ da articulação de Centros de pós-graduação e Pesquisa do Nordeste; e em outros grupos e eventos regionais, nacionais e internacionais de igual significância. Da mesma forma, não medíamos esforços no sentido de abrir essas discussões para a comunidade baiana, promovendo seminários e ciclos de debate com a participação de pesquisadoras de outras universidades, regiões do país ou mesmo de outros países, dedicadas aos estudos na temática da mulher e relações de gênero (SARDENBERG, 1998).

Confiante no nosso trabalho na academia e em nossas articulações com outros grupos de mulheres de Salvador, o UNICEF, órgão da ONU, quando da abertura de um escritório em Salvador, propôs instalar-se na UFBA, junto ao NEIM, estabelecendo para tanto um convênio com a FFCH, incluindo-se nele a reforma de duas grandes salas de aulas, antes sem uso devido ao seu estado de deteriorização. O NEIM ganhou, assim, novas instalações onde permanece até os dias atuais, ainda que nosso prédio tenha passando por várias reformas desde então.¹⁰ O local dessas instalações se situa em uma baixada na área da FFCH, que, pela presença do NEIM ali, ou seja, de um grupo feminista, foi denominada pelos machistas de plantão por ‘Baixa das Sapateiras’, em uma tentativa de desqualificar tanto o feminismo quanto o lesbianismo.

Destaque-se que, em 1988, instigada por discussões que tiveram lugar no IX Encontro Nacional Feminista (Garanhuns, Pernambuco), bem como no II Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe (México), ambos ocorridos em 1987, a equipe do NEIM propôs a realização do I Seminário Nacional, *O Feminismo no Brasil: Reflexões Teóricas e Perspectivas*. Realizado em

¹⁰ Contamos, para tanto, com o apoio de emendas parlamentares de deputados e deputados federais da Bahia, com destaque da Deputada Lídice da Matta e do então Deputado Walter Pinheiro.

1988, esse evento reuniu “mais de quarenta mulheres de vários estados, entre militantes e estudiosas dos movimentos feministas no país, para avaliar, mais a fundo, os avanços, os impasses e as novas metas do feminismo no Brasil” (COSTA; SARDENBERG, 2008a, p.13). Essa iniciativa do NEIM revelou a relevância de maior aproximação para trocas, seja entre a academia e órgãos de Estado, ou entre o movimento e as chamadas, ‘feministas acadêmicas’, destacando as conexões dentre os diferentes campos discursivos de ação feminista.

A importância dessas conexões também se fez aparente em março de 1991, durante o I Encontro Nacional de Núcleos da Mulher, promovido pelo NEMGE/USP, em São Paulo. Um pequeno grupo de representantes de núcleos de estudos sobre mulheres e gênero de universidades do Norte e Nordeste, ali presentes, eu entre elas, constatou as desigualdades regionais existentes no nosso campo de estudos. Trocando ideias sobre nossos trabalhos e articulações, depois de três dias ouvindo os avanços registrados por nossas companheiras de outras regiões, verificamos que, ao contrário do que se poderia esperar, o intercâmbio inter-regional dos grupos do Norte e do Nordeste com o Centro-Sul-Sudeste era muitas vezes bem mais intenso do que o estabelecido entre os centros dos estados da nossa própria região, levando inclusive à configuração de descompassos, também no âmbito intrarregional. Entendemos, então, ser necessário buscarmos uma aproximação maior entre os núcleos das nossas duas regiões, com o intuito de unir forças e recursos no sentido de minimizarmos as discrepâncias regionais existentes (COSTA; SARDENBERG, 1993; COSTA; SARDENBERG, 2002).¹¹

Coube então a nós, do NEIM, como membros do núcleo mais antigo operando na região, articularmos essa aproximação. Agindo nessa direção, ou seja, de um processo de ‘horizontalização’ do feminismo acadêmico,

promovemos, em setembro de 1992, como parte das comemorações do nosso décimo aniversário, o I Encontro Regional de Núcleos de Estudos sobre Mulher e Relações de Gênero do Norte e Nordeste. Contando para tanto com o apoio da Fundação Ford e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq), pudemos trazer para Salvador, além da Profa. Dra. Heleieth Saffioti, para ministrar um minicurso sobre “Rearticulando Gênero, Raça e Classe”, também cerca de vinte representantes de núcleos do Norte e Nordeste para articularmos a criação da Rede Regional Feminista Norte e Nordeste de Estudos sobre Mulheres e Relações de Gênero – REDOR, que foi ali oficializada.¹² Esse foi um momento em que contribuímos também para um processo de ‘verticalização’ do feminismo acadêmico, promovendo, com a criação da REDOR, a institucionalização dos estudos feministas por meio do incentivo e apoio à criação de núcleos e grupos de estudos sobre mulheres, em diferentes universidades do Norte e Nordeste (SARDENBERG, 2005).

Esse era um momento de surgimento de redes – a exemplo da Rede Feminista de Saúde e Sexualidade e a Rede Latino-americana de Combate à Violência, também articuladas na mesma época – fenômeno esse tão bem apontado por Manuel Castells (1999), ao falar da “sociedade em rede”. Assim, paralelamente à articulação da REDOR, membros da equipe do NEIM participaram, ativamente, das articulações que levariam à criação, em 1994, da Rede de Estudos Feministas – REDEFEM, tendo inclusive colaborado na elaboração da proposta da rede e participado, em diferentes níveis, no I Encontro Nacional, “Enfoques Feministas e as Tradições Disciplinares na Ciência e na Academia,” em que a nova rede foi oficialmente criada (em Niterói, em agosto de 1994).¹³

¹¹ Esse encontro de núcleos, promovido pelo NEMGE, também deu origem à criação da *Revista Estudos Feministas*, bem como à articulação da REDEFEM, Rede Brasileira de Estudos Feministas, hoje desativada.

¹² Nos seus primeiros anos, a REDOR contou com o apoio da Fundação Ford. Apesar das dificuldades financeiras encontradas para dar continuidade às suas atividades, a REDOR se mantém atuante, estando perto de comemorar 30 anos de existência.

¹³ Sobre a REDEFEM, veja-se: Neuma Aguiar (2001); Marlise Mattos (2010).

Nesse período, passamos a desenvolver também um intenso trabalho de assessoria a grupos de mulheres da Região Metropolitana de Salvador, que contou com a participação de estudantes de graduação. Isso demandou uma reestruturação do Núcleo, tornando mais viável nossa saída formal do Mestrado em Ciências Sociais e vinculação à direção da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH). Foi necessário, também, criarmos uma Agência de Assessoria dentro do NEIM, iniciativa fundamental para a ampliação de potencial de atuação do Núcleo nas suas três linhas de ação: ensino, pesquisa e extensão. Pudemos, assim, firmar convênios com a Coordenadoria de Informações do Trabalho (COINT), órgão da Secretaria de Trabalho do Estado da Bahia, para a análise da participação da mulher no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador; com a Penitenciária Feminina do Estado com vistas à prestação de serviços de assessoria e à promoção de cursos para internas e agentes do Presídio Feminino; com o Liceu de Artes e Ofícios da Bahia para o desenvolvimento de um trabalho de educação e cidadania para adolescentes e; com a Federação das Associações de Bairros de Salvador-FABS, para a realização da já mencionada pesquisa aplicada visando um diagnóstico da situação das creches comunitárias do Subúrbio, que subsidiou a emenda popular apresentada à Câmara de Vereadores, por ocasião da formulação da Lei Orgânica do Município (veja-se Costa 1990). Com a coordenação da economista Terezinha Abigail Gonçalves, cedida ao NEIM através de convênio firmado com a Prefeitura de Simões Filho, tornou-se possível o desenvolvimento de um trabalho mais sistematizado junto à Associação de Empregados Domésticos do Estado da Bahia (posteriormente transformada em Sindicato), acompanhando reuniões, elaborando projetos e oferecendo cursos. Da mesma forma, o NEIM prestou ainda serviços de assessoria às Associações de Mulheres de Cajazeiras, do Coletivo de Mulheres do Calafate e da Estrada da Cocisa, assistindo-as na formulação de projetos, promoção de cursos de capacitação,

assim como no encaminhamento de questões práticas do seu interesse (SARDENBERG, 1998).

Vale ainda observar que se iniciou, também, ao final da nossa primeira década de trabalho, uma importante parceria com Jaqueline Leite, brasileira engajada no movimento feminista na Suíça, trabalhando com mulheres do Brasil que sofriam violência de gênero, seja por seus companheiros, ou por terem sido levadas para a Europa pelo tráfico de mulheres. Em tempo, essa parceria levou à criação e incorporação do Projeto CHAME—Centro Humanitário de Apoio à Mulher-- ao núcleo, como projeto de extensão. Junto ao CHAME, o NEIM pode então atuar junto a diferentes órgãos e entidades, nacionais e internacionais, no combate ao turismo sexual e ao tráfico de mulheres, problemas que se agravaram com o processo de globalização (DIAS FILHO; SARDENBERG, 1998). Como parte do NEIM de 1994 a 2001, o CHAME promoveu um amplo leque de atividades voltadas para conscientização da população baiana sobre esses problemas que afetam principalmente as mulheres, destacando-se, em especial, a promoção de cursos e palestras para estudantes e professores das escolas de segundo grau da rede pública de ensino do estado (SARDENBERG, 1998).¹⁴

A SEGUNDA DÉCADA (1993-2003): Diálogos com o Estado, Pesquisas Institucionais e Articulações Regionais e Nacionais

A década de 1990, conhecida como a “Década das Conferências”, quando várias conferências internacionais organizadas pela ONU tiveram lugar - incluindo-se aí a IV Conferência Mundial das Mulheres (Beijing, 1995) -, possibilitou uma interlocução bastante profícua entre os movimentos feministas, os feminismos acadêmicos e o Estado, tanto no plano nacional quanto internacional (SARDENBERG, 2018). Em preparação para essa IV Conferência, o Ministério das Relações Exteriores comissionou seminários

¹⁴ O Projeto CHAME foi criado em 1994, tornando-se um projeto de extensão do NEIM a partir de 1996. Em 2000, o CHAME se tornou uma ONG, desvinculando-se, assim, do NEIM.

em parceria com núcleos acadêmicos e organizações não governamentais (Ongs) feministas, sendo que o primeiro deles, o Seminário “Gênero e Relações de Poder”, teve lugar em março de 1994 na Universidade Federal da Bahia, sob a organização do NEIM e com a relatoria da Profa. Ana Alice Costa (COSTA, 1995).

Por certo, tal parceria expressou o reconhecimento, em âmbito nacional, particularmente por parte do Governo Federal, da atuação do NEIM como órgão capaz de articular um seminário nacional reunindo diferentes segmentos dos movimentos de mulheres, núcleos de estudos das universidades e órgãos do Estado para discutirmos a questão de gênero e poder no país e avançar na formulação de propostas a serem encaminhadas à Conferência da ONU. Possivelmente, esse evento, aliado às outras atividades que vínhamos desenvolvendo, contribuiu para que, em 1995, depois de mais de dez anos de funcionamento, fosse finalmente aprovada nossa proposta de institucionalização do NEIM como órgão suplementar da Universidade, galgando-se, assim, mais alguns degraus no processo de ‘verticalização’ desse campo de ação feminista, tal como sugerido por Sonia Alvarez (2014).

Em ritmo de comemoração desse importante feito, o NEIM realizou seu I Simpósio Baiano de Pesquisadoras(es) sobre Mulheres e Relações de Gênero, um evento que, por muitos anos, foi uma realização anual, tendo, mais recentemente, acontecido de três em três anos, o último (o XIX) sendo realizado em 2018.¹⁵ Outro importante feito, também nesse ritmo de comemoração, foi o lançamento da “Coleção Bahianas” (com H mesmo), em 1997, com o propósito de abrir mais espaços de divulgação do nosso trabalho. Tal qual exposto por Elizete Passos (1997, p.7), nossa Diretora na época:

Sensível a isto e procurando corresponder à posição que ocupa no cenário baiano, enquanto uma instituição dedicada a

investigar, criar caminhos novos capazes de romper com categorias universais estabelecidas pelo mundo androcêntrico e apoiar as iniciativas que buscam romper com um modelo normativo de produzir saber, o NEIM tem a grata satisfação de apresentar sua coleção intitulada Bahianas.

Sua, que, na verdade, é nossa, porque privilegiará as baianas enquanto objeto e sujeito de estudos e como produtoras de conhecimento. A mesma pretende ser um espaço de divulgação destituído dos símbolos da dominação, com tiragem semestral, trazendo resultados de estudos teóricos que possibilitem uma análise crítica da condição feminina, das relações de gênero e do feminismo enquanto movimento social; assim como, de documentos que contribuam para o resgate da memória feminina e estudos monográficos que abordem a inserção da mulher nas diversas manifestações culturais.

Por certo, ao lado do nosso novo status, a *Bahianas*, hoje já em seu vigésimo ano, contribuiu para a legitimação dos estudos feministas no âmbito da UFBA.¹⁶ Por sua vez essa legitimação somou-se às recomendações da Plataforma de Ação aprovada na IV Conferência Mundial das Mulheres (Beijing, 1995), possibilitando o estabelecimento de novas parcerias do NEIM com outros órgãos do Estado. Dentre elas, destaca-se o convênio firmado com o Departamento de Pesca e Aquicultura (DEPAQ) do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), para a realização do “Diagnóstico Sócio Econômico Ambiental da Mulher Pescadora do Recôncavo,” com o propósito de fornecer subsídios para a formulação de políticas e projetos destinados a trabalhar com uma ‘perspectiva de gênero’, no sentido de potencializar o trabalho feminino no setor pesqueiro, contribuindo para o reconhecimento econômico e social de mulheres pescadoras (OLIVEIRA, 1998). Essa parceria se fez possível com o apoio da GTZ, a Agência Alemã de Cooperação Internacional, que levou toda a equipe envolvida para um ‘planejamento estratégico’ (estilo ‘retiro’) em uma praia no Litoral Norte da Bahia, quando pudemos discutir

¹⁵ Sobre o XIX Simpósio Baiano, veja-se: <http://www.neim.ufba.br/wp/simposio-baiano/>

¹⁶ Veja-se Coleção Bahianas em: <http://www.neim.ufba.br/wp/publicacoes/>

o que se entendia por ‘perspectiva de gênero’ com técnicos do IBAMA e da própria GIZ.

Outra parceria importante, também resultante das recomendações da Plataforma de Beijing, se deu com a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), órgão da Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia (SEPLANTEC) do Governo do Estado da Bahia, objetivando a formulação e execução do Programa de Assessoria em Gênero – o ‘PAGE’, para o Projeto de Desenvolvimento do Rio Gavião que estava sendo então implementado pelo Governo da Bahia com o apoio do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA. A participação do NEIM nesse projeto se desenvolveu entre agosto de 1998 e julho de 2001, em treze municípios baianos, envolvendo, por um lado, atividades de sensibilização e capacitação das equipes para trabalhar com gênero e, por outro, a formação e sensibilização de grupos produtivos de mulheres e realização de seminários para professoras/es e outros específicos para lideranças femininas em todos os treze municípios envolvidos. Em apoio a essas atividades, elaboramos manuais e cartilhas, além, de material de divulgação do programa, distribuído por toda a região do Rio Gavião.¹⁷

Mas, é bom ressaltar, a inserção da perspectiva de gênero nesse projeto veio como política imposta pelo FIDA, seis meses depois que o projeto já havia sido iniciado. O FIDA seguia então as exigências da ONU de implantação do Plano de Ação da IV Conferência Mundial das Mulheres, que demandava a incorporação de um enfoque de equidade de gênero e empoderamento de mulheres em todos os projetos financiados por suas agências. Talvez, por essa exigência vir de cima para baixo, como uma imposição, encontramos dificuldades em chegar a um acordo com a direção do projeto sobre o que um programa de gênero deveria incluir e se ‘fazer gênero’ seria diferente de ‘fazer feminismo’. Esse desencontro acabou levando ao afastamento da equipe do NEIM e da própria

coordenadora de Desenvolvimento Social do Projeto, que nos defendia. No entanto, o PAGE, por nós formulado, continuou a ser desenvolvido como parte do projeto maior, mas sem a abordagem feminista de empoderamento das mulheres que imprimíamos (SARDENBERG; PASSOS; COSTA, 1999; SARDENBERG, 2000; SARDENBERG, 2009; SARDENBERG, 2014; SARDENBERG, 2015d).

Problema semelhante surgiu com o Programa de Valorização da Mulher que elaboramos e executamos na região da Barragem de Ponto Novo. O Programa foi desenvolvido pela equipe do NEIM no período de 2000 a 2001, como parte das atividades do Programa de Gerenciamento de Recursos Hídricos (PGRH), desenvolvido pela Superintendência de Recursos Hídricos (SRH), com recursos do Governo do Estado da Bahia e do Banco Mundial. Foi implantado no Reassentamento de Ponto Novo e em 03 (três) comunidades do entorno da Barragem de Ponto Novo, visando sensibilizar mulheres e homens em comunidades rurais do Estado da Bahia para questões relativas às relações sociais de gênero, no sentido da promoção social das mulheres da região. Isso envolveu atividades de assessoria e acompanhamento da equipe técnica no desenvolvimento de ações na perspectiva de gênero, além de seminários de Sensibilização para cerca de 200 Mulheres, oficinas de sensibilização para Gênero e Cidadania com grupos produtivos de mulheres e seminários de Sensibilização em Gênero também para Homens, com a participação de cerca de 180 homens das comunidades envolvidas. Desenvolvemos, ainda, oficinas com jovens da região, além de produzirmos cartilhas sobre saúde, cidadania e direitos das mulheres para distribuição nas comunidades nas quais trabalhamos.

Foi um trabalho bastante agradável, pois encontramos ótima receptividade por parte das comunidades e do pessoal técnico, envolvido no Projeto. Mas creio que fomos além do que o Banco Mundial pensou ser necessário. Novamente, trabalharmos com questões de relações de poder, sobretudo no tocante ao

¹⁷ Esse material pode ser acessado pelo site do NEIM/UFBA, <http://www.neim.ufba.br/wp/publicacoes/>

combate à violência doméstica contra mulheres, provocando reações negativas quanto ao nosso trabalho por parte da direção do projeto mais amplo. A proposta, segundo eles, era ‘valorizar as mulheres’, não fazer uma ‘revolução feminista’ no pedaço!

De fato, conforme ressaltai em artigo anterior falando desses conflitos:

Nesses meus mais de quarenta anos atuando como antropóloga feminista, militando em diferentes campos de ação - nos movimentos de mulheres, na academia, como consultora em projetos internacionais e na formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas para mulheres no Brasil -, venho acumulando experiências reveladoras de que são raras as instâncias em que tentativas de tradução de uma dessas faces da militância para a(s) outra(s) resultam em “uniões felizes” entre teoria e práxis. Nesse campo de disputas entre perspectivas distintas e distintos atores sociais e institucionais, muitas vezes os objetivos maiores se perdem dando lugar à pequenez, limitando as possibilidades de alcance das metas traçadas (SARDENBERG, 2015d, p. 508).

Por certo, a equipe do NEIM foi mais feliz em sua parceria com a Comissão de Mulheres da Confederação Nacional de Metalúrgicos (CMN) da Central Única de Trabalhadores (CUT). Com o apoio da Confederação Nacional dos Metalúrgicos – CNM/CUT e do Centro de Solidariedade AFL-CIO, realizamos a pesquisa “Perfil da Mulher Metalúrgica no Norte e Nordeste,” no período de 1998 a 2000, contando para tanto com a parceria da REDOR. A proposta surgiu, por um lado, da crescente participação feminina no complexo metal-mecânico brasileiro, sobretudo nos setores de eletroeletrônicos e, por outro, da constatação dos níveis relativamente baixos de associativismo e participação das mulheres metalúrgicas nos sindicatos da categoria, particularmente as trabalhadoras nos estados do Norte e Nordeste. Seu propósito, maior, portanto, foi traçar um perfil das mulheres metalúrgicas nessas regiões, tendo em vista a promoção de um engajamento maior da força de trabalho feminina metalúrgica com as

associações de classe, para a formação de quadros de lideranças sindicais femininas nas diferentes regiões e sua articulação e consolidação da Comissão de Mulheres em âmbito nacional.

Realizada em Manaus, Fortaleza e Salvador, a pesquisa contou não apenas com pesquisadoras e estudantes vinculadas aos núcleos da REDOR nos estados envolvidos, como também com o apoio dos sindicatos locais, caracterizando-se, em grande medida, como uma ‘pesquisa participante’. Os resultados foram apresentados e discutidos durante reuniões de mulheres representantes dos sindicatos em Manaus, Recife e Salvador, tendo sido posteriormente publicados em livro organizado pelo NEIM com o apoio da REDOR e da CNM/CUT (SARDENBERG et al 2004). Foi uma experiência de pesquisa que implicou trocas de olhares e saberes com sindicalistas e outras pesquisadoras da REDOR, destacando-se como uma importante instância de conexões entre diferentes campos de ação feministas.

Vale destacar que, ao longo dos anos, ao lado de nossas atividades didáticas trazendo a perspectiva de gênero para nossas disciplinas nos cursos de graduação e pós-graduação da UFBA - com destaque para os programas de Ciências Sociais, Educação, Enfermagem e Letras -, tivemos a oportunidade de oferecer, também, cursos de extensão nas temáticas de gênero e feminismos para diferentes grupos de mulheres, instituições da sociedade civil e órgãos governamentais. Essa longa experiência nos instigou a propor aos demais núcleos associados à REDOR a realização do Curso de Especialização em Gênero e Desenvolvimento Regional, sob nossa coordenação, com o apoio da Fundação Ford. Ministrado no período de novembro de 2001 a maio de 2002, para 30 pessoas indicadas pelos núcleos participantes, esse curso foi muito bem sucedido, nos incentivando a realizar novos cursos de especialização e ousar ainda mais na década seguinte, como se verá mais adiante.

Nessa direção, foi importante também o convite do COLAM - Colegio de Las Americas, por intermédio da Université de Montreal, Canadá, para integrarmos a Red Interamericana de

Formación na questão de ‘Mujeres em Desarrollo’, hoje ‘Mujeres, Género y Desarrollo’, com a perspectiva de construirmos e oferecermos cursos online em torno das teorias feministas. Ana Alice Costa participou da construção do curso sobre ‘Género y Poder’, cabendo a mim, Cecilia, participar do grupo que iria construir os cursos sobre ‘Crítica Epistemológica Feminista’ e ‘Ética Feminista y Interseccion de los Sistemas de Diferencia’. Participar na elaboração desses cursos foi uma das mais interessantes – e gratificantes – experiências de produção coletiva, propiciando um intenso intercâmbio com professoras e pesquisadoras feministas de diferentes países da América Latina.¹⁸

Quase no final dessa nossa segunda década de existência, a equipe do NEIM iniciou, por intermédio do Higher Education Link do Conselho Britânico, uma importante parceria com o Institute of Development Studies – IDS, sediado na Universidade de Sussex, em Brighton, Inglaterra, que vem tendo, até hoje, desdobramentos importantes para nosso crescimento e capacitação, bem como para o estabelecimento de articulações internacionais. De fato, uma primeira visita ao IDS realizada em novembro de 2001, com o apoio do Conselho Britânico, deu muitos frutos: Andrea Cornwall, então pesquisadora do IDS e eu elaboramos um projeto para o Higher Education Link entre o NEIM/UFBA e o IDS, intitulado ‘Strengthening Gender and Development Studies in Northeastern Brazil’ (2002-2005), que foi aprovado e iniciado em 2003, tendo nós duas como co-coordenadoras e a supervisão amiga de Roberta Kacowitz, por parte do Conselho Britânico.¹⁹ O Projeto financiou visitas e trocas importantes com o apoio também da FAPESB (Fundação de Apoio à Pesquisa do

Estado da Bahia) e da UFBA, o que abriu novas possibilidades de intercâmbio e de trabalho conjunto. Destaque-se, em especial, a elaboração e desenvolvimento do Projeto “Pathways of Women’s Empowerment Research Programme Consortium”, financiado inicialmente pelo Department for International Development-DFID, do Governo Britânico (2006-2012) e, posteriormente, pelo governo norueguês (2010-2015), sobre o qual falarei mais adiante.²⁰

A TERCEIRA DÉCADA (2003 -2013): Novos Cursos, Consórcios e Articulações Nacionais e Internacionais

A terceira década da história do NEIM se destaca por ter se desenrolado justamente no período dos Governos do Partido dos Trabalhadores – PT, tendo a frente o Presidente Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010) e, depois, a Presidenta Dilma Rousseff (2011-2015). Esses dois governantes deram grande impulso ao processo de verticalização dos campos de ação dos feminismos no país, promovendo, inclusive, a construção de um “feminismo de estado participativo” (SARDENBERG; COSTA, 2017). Esse processo foi deslançado com o compromisso selado pelo Presidente Lula com o movimento feminista antes das eleições de 2002. Caso eleito, ele se comprometia a levar adiante as propostas incluídas na Plataforma Política Feminista, elaborada a partir de uma grande mobilização dos fóruns de mulheres por todo o país e aprovada na Conferência de Mulheres Brasileiras, que reunião cerca de 2000 representantes em Brasília em 2002 (SARDENBERG; COSTA, 2014).

Cumprindo sua palavra, o Presidente Lula estabeleceu como princípio geral para a formulação de suas políticas sociais a perspectiva de transversalidade de gênero e raça, a ser garantida na busca da equidade social. Criou, assim, tanto a Secretaria de Políticas de Promoção

¹⁸ Na verdade, foi um grande honra participarmos de um grupo que incluía: Eli Bartra, da UNAM/México; Ann Denis, University of Ottawa, Canada; Hilda Habichayn, Universidad Nacional de Rosario, Argentina; Denise Paiewonsky, Centro de Estudios de Género-INTEC; Montserrat Sagot, da Universidad de Costa Rica e; eu, Cecilia M. B. Sardenberg, NEIM/UFBA, Brasil, tendo como coordenadora Andrea Martínez, da Université d’Ottawa.

¹⁹ Veja-se: http://www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/projetos/proj_des_04.pdf

²⁰ Sobre o Projeto Pathways veja-se www.pathwaysofempowerment.org. Veja-se, também, o link para o projeto no Brasil: <http://www.projetotempo.neim.ufba.br/>

da Igualdade Racial (SEPPIR) quanto a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPMulheres), dando-lhes status de Ministério e o apoio para convocarem conferências nacionais para a formulação participativa de políticas específicas. Coube ao Conselho Nacional de Direitos das Mulheres (CNDM), junto à SPMulheres, convocar a I Conferência Nacional de Políticas para Mulheres (I CNPM), realizada em 2004, quando foi aprovado o I Plano Nacional de Políticas para Mulheres (BRASIL, 2004; SARDENBERG; COSTA, 2014).

Tudo isso se pautou em um amplo processo de consulta nacional realizado através das Conferências Municipais de Mulheres, das Conferências Estaduais e da Conferência Nacional, envolvendo mais de 200 mil pessoas, na maioria, mulheres (nós do NEIM, inclusive), que instituiu como prioridades: a) promover ações no processo educacional para a equidade de gênero, raça, etnia e orientação sexual; b) ampliar o acesso à educação infantil: creches e pré-escolas; c) promover a alfabetização e ampliar a oferta de ensino fundamental para mulheres adultas e idosas, especialmente, negras e índias; d) valorizar as iniciativas culturais das mulheres e; e) estimular a difusão de imagens não-discriminatórias e não-estereotipadas das mulheres. (BRASIL, 2004; COSTA; RODRIGUES; VANIN, 2011). Esse plano, posteriormente aprimorado nas conferências que se seguiram (em 2007, 2011, e 2016), dando margem à formulação do II Plano Nacional de Políticas para Mulheres, levou adiante as propostas dos movimentos feministas e de mulheres, incluindo-se pesquisas no campo dos estudos feministas e outras diretas que aproximaram os feminismos acadêmicos dos feminismos de estado (BRASIL, 2008). Dentre outras iniciativas, isso contribuiu para que a terceira década da história do NEIM fosse, até o momento, a que se caracterizou como a de realizações de grande porte, tanto no sentido da ‘verticalização’ quanto da ‘horizontalização’ dos campos de ação feminista da parte dos feminismos acadêmicos.

De fato, nesse período, foram desenvolvidas pela equipe do NEIM várias pesquisas, programas e projetos de intervenção comissionados por diferentes agências e organizações, quais sejam: a) a pesquisa sobre Gênero e Energia, comissionada pelo Winrock Internacional com o apoio do DFID que nos permitiu reunir e treinar oito bolsistas de iniciação científica e trabalhar, mais uma vez, com a AMPLA, de Plataforma, além da associação de moradores de Canabrava (SARDENBERG; GONÇALVES, 2006); b) a pesquisa sobre “Transversalização de Gênero e Raça” nos programas de qualificação do Ministério do Trabalho e Emprego, que seguia as propostas do I PNPM do Governo Lula, com a intermediação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (SARDENBERG et al, 2007; SARDENBERG; COSTA, 2008b); c) a pesquisa “Combate ao Racismo e Sexismo Institucional no Brasil: experiências dos Conselhos na Bahia – PCRI” (2005/2006), comissionada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (GONÇALVES DA SILVA, 2008); d) o Projeto Especial de Qualificação: Formação de Formadores para Participação das Mulheres no Mundo do Trabalho, focando trabalhadoras do Comércio, mediante contrato firmado com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), através do Departamento de Qualificação (DEQ) da Secretaria de Políticas Públicas e Emprego (SPPE) projeto realizado em parceria com a REDOR (GONÇALVES DA SILVA; VANIN, 2006); e) o Projeto Especial de Formação de Formadores para Participação das Mulheres no Mundo do Trabalho, voltado para mulheres trabalhadoras rurais, desenvolvido com o apoio do Ministério do Trabalho e Emprego / MTE através do Fundo de Amparo ao Trabalhador/FAT e do Programa Nacional de Qualificação/ PNQ, também desenvolvido em parceria com a REDOR (SCHEFFLER; MACHADO; JORDÃO, 2007) e; f) o Projeto Gênero e Saúde no Mundo do Trabalho, com enfoque na experiência de

mulheres no setor calçadista, que foi realizado com o apoio do Fundo Nacional de Saúde, através do Departamento de Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde, no período de 2005-2006 (VASQUEZ; VASQUEZ, 2007).

Cumpra aqui registrar, também, a participação do NEIM no Programa Pro Equidade de Gênero e Raça, criado em 2005 e coordenado pela Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, que teve como propósito “[...] alcançar a igualdade entre mulheres e homens no mundo do trabalho formal, considerando também as desigualdades de raça e etnia” (BRASIL, SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES, 2016).²¹ Contou, para tanto, com a criação de um Comitê *Ad Hoc* composto por professoras/pesquisadoras na temática de gênero, raça e trabalho de diferentes Universidades do país, do qual o NEIM fez parte durante todo o período de desenvolvimento do Programa.

Participamos, também, dos I e II Encontros Nacionais de Núcleos e Grupos de Pesquisa, promovidos pelo Programa Gênero e Ciências, resultante da parceria entre a Secretaria de Políticas para Mulheres e o Conselho Nacional de Pesquisas – CNPq (BRASIL, 2010). Essa importante parceria foi também responsável pelos concursos de trabalhos sobre relações de gênero que premiaram alunas/os do ensino médio e de graduação e pós-graduação universitária, tendo pesquisadoras do NEIM participado na qualidade de membros dos Comitês de Avaliação. Foi também o Programa Gênero e Ciências que ofereceu por vários anos bolsas de auxílio pesquisa na temática de gênero, com editais específicos, muitas de nós no NEIM nos beneficiando desse importante incentivo à pesquisa.

²¹ O Programa enfocou, inicialmente, a questão de gênero, tendo como parceiras a ONU Mulheres e a Organização Internacional do Trabalho (OIT). A partir de 2009, com a inclusão da temática racial no Programa, foi estabelecida, também, a parceria a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR).

Outra importante parceria com o Governo Federal nesse período, particularmente com a SPMulheres, voltou-se para o monitoramento da aplicação da Lei 11.340/2006, conhecida por Lei Maria da Penha. Sancionada pelo Presidente Lula da Silva em 7 de agosto de 2006, essa Lei trouxe importantes inovações no campo político e jurídico para o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra mulheres. Contudo, a efetiva aplicação desse instrumento legal tem demandado mudanças institucionais nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – DEAMs e na criação dos Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, exigindo, também, capacitação de equipes de profissionais e articulação coordenada de uma rede de serviços para os quais as mulheres em situação de violência doméstica e familiar e seus agressores possam ser encaminhados.

Com a finalidade de contribuir para a efetivação dessa nova Lei, a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SPMulheres lançou um edital para a criação de um observatório com o propósito de monitorar e avaliar o processo de implementação e aplicação da lei em todo o país. A proposta para a criação do Observatório de Monitoramento da Aplicação da Lei Maria da Penha – OBSERVE, proposta pelo NEIM/UFBA, foi a vencedora (SARDENBERG; TAVARES, 2016). Instalado em 2007 como uma instância autônoma da sociedade civil, o OBSERVE se constituiu como um Consórcio formado por núcleos de pesquisa, organizações não e redes feministas de todo o país.²² Teve como objetivo

²² Além do NEIM/UFBA, que ficou na Coordenação Nacional, integraram o Consórcio: AGENDE – Ações em Gênero; NEPEM/UNB – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher; CEPIA – Cidadania, Estudo Pesquisa, Informação e Ação; NEPP-DH/UFRJ – Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos; Coletivo Feminino Plural; THEMIS – Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero; NIEM/UFRGS – Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Mulher e Relações de Gênero; GEPEM/UFPA – Grupo de Estudos e Pesquisas Eneida de Moraes sobre Mulheres e Relações de Gênero). Tínhamos também como parceiras a Rede Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos e Direitos Sexuais, a REDOR- Rede Regional Feminista Norte e Norte de Estudos sobre Mulheres e Relações de Gênero e o CLADEM.

maior monitorar a implementação e aplicação da Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), o que se traduziu em acompanhar esse processo a partir da coleta, análise e divulgação de informações do processo de efetivação da Lei, construindo uma metodologia própria de coleta de dados, aplicada em três grandes pesquisas.²³ Foi uma experiência muito enriquecedora, sobretudo no que diz respeito ao trabalho conjunto de núcleos acadêmicos, Ongs e Redes feministas e órgãos do Estado, o que revelou não apenas as tensões, mas também como tais articulações e conexões podem ser relevantes para o avanço da implementação das políticas públicas, no caso, do enfrentamento da violência de gênero contra mulheres.²⁴ Ressalte-se que o OBSERVE permanece em funcionamento no NEIM, embora não mais como Consórcio e sim como projeto, voltando-se agora para a interiorização da Lei Maria da Penha na Bahia.

Seguindo as propostas do I PNPM sobre a transversalização de Gênero e Raça também no campo da educação, o NEIM iniciou um programa de qualificação de professores, com destaque para o Programa de Qualificação de Professoras (es) da Rede Estadual de Ensino Público em Gênero e Diversidades, que teve como principal objetivo a formação de profissionais da educação na Região Metropolitana de Salvador (RMS)/Bahia na

²³ Para tanto, foram elaborados dois formulários como instrumentos de coleta, um para monitoramento das Delegacias Especiais de Atendimento às Mulheres – DEAMs e outro para as Varas Especiais. Aplicados inicialmente nas cinco cidades sedes das coordenações regionais (Salvador, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Brasília e Belém), foram avaliados e reformulados, sendo então aplicados em todas as delegacias e varas operantes nas capitais dos estados e no Distrito Federal (GOMES, et al, 2010). Fizemos, também, um estudo de caso intensivo em Cuiabá (PASINATO, 2010), e duas pesquisas com o apoio do UNIFEM. A primeira, coordenada por Wânia Pasinato (2011), voltou-se para um estudo das redes de atenção às mulheres em situação de violência em Salvador, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Brasília e Belém, mostrando a ausência de articulação entre os serviços em todas essas capitais. O segundo estudo, encomendado pelo próprio UNIFEM para a realização de seu relatório anual, voltou-se para uma sondagem com mulheres usuárias das DEAMs, em dez capitais, logo após o atendimento, revelando o quando este deixa a desejar, na perspectiva das mulheres (SARDENBERG et ali, 2010a).

²⁴ Veja-se, por exemplo, as considerações de ABERS e VON BULLOW (2011), sobre ativistas dentro do Estado.

temática da transversalidade de gênero na educação, contando para tanto com o apoio do Ministério da Educação, através da sua Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECAD) e da Diretoria de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania, posteriormente unificados na SECADI (COSTA; RODRIGUES; PASSOS, 2011; COSTA; RODRIGUES; VANIN, 2011).

Destaque-se, também, que o NEIM já entrou no novo milênio oferecendo cursos de especialização e aperfeiçoamento presenciais, a exemplo do Curso de Especialização em Metodologias do Ensino de Gênero e Outros Temas Transversais, bem como do Curso de Especialização em Gênero e Desenvolvimento Regional com Concentração em Políticas Públicas, cursos *lato sensu* que contaram com apoio institucional de órgãos do governo estadual. Essa experiência nos incentivou a formular a proposta de criação de um Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, o PPGNEIM, proposta essa apresentada e aprovada pelos órgãos colegiados da UFBA e pela CAPES em 2005.

Esse foi primeiro um grande sonho da equipe do NEIM. Desde os anos 1990 acalentávamos a ideia de um programa dessa ordem, mas fomos desencorajadas por representantes de órgãos superiores, que acreditavam na não aprovação de tal proposta pela Câmara de Pós-Graduação da UFBA, muito menos pela CAPES. A partir de 2003, porém, novos ventos trazendo o PROUNI, um dos maiores programas de expansão das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) criado no Governo Lula, trouxeram também a possibilidade de avançarmos no sentido da criação de cursos de pós-graduação inter e multidisciplinares. Por sugestão do Magnífico Reitor, Prof. Dr. Naomar Almeida, apresentamos uma nova proposta do programa, logrando aprovação em todas as instâncias da UFBA e na CAPES, com aula inaugural em Março de 2006 (COSTA;

SARDENBERG, 2008c; COSTA; SARDENBERG; VANIN, 2010; SARDENBERG; MACÊDO, no prelo).²⁵

Ressalte-se que o PPGNEIM foi o Primeiro Programa dessa ordem, não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina. Posteriormente, foram criados programas de doutorado em estudos de gênero em Córdoba, Argentina, na Universidade de San Cristobal de las Casas, na Região de Chiapas, México e, em anos recentes, o Programa de Doutorado em Estudos de Gênero na Universidad Autonoma Metropolitana de Xochimilco, México, todos inspirados em nossa ousadia no NEIM.

Mas fomos adiante. Em 2008, também com a abertura propiciada pelo PROUNI, criamos o Curso de Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade (BEGD) da FFCH/UFBA, um curso de graduação pioneiro no país, com ingresso da primeira turma em 2009. A proposta desse curso respondeu a uma demanda crescente por profissionais formados para formular, acompanhar e monitorar “[...] projetos e ações de materialização de direitos, imbuídos de uma perspectiva crítica de gênero e diversidade, ou seja, em suas interfaces com raça/etnia, idade/geração, sexualidade/orientação sexual etc.” (UFBA, 2008a; UFBA, 2008b). Funcionando à noite para propiciar o ingresso de trabalhadores e trabalhadoras no programa, o curso oferece 50 vagas a cada ano, com um enfoque em políticas públicas (LIMA, 2012).

Note-se que a criação desse curso abriu caminho para a contratação de docentes com pós-graduação em estudos específicos da área. Para tanto, foram realizados os primeiros concursos públicos no Brasil para as cadeiras de Teoria Feminista e Teorias de Gênero, o primeiro tendo lugar em junho de 2008.²⁶ O ingresso de novas e

novos docentes concursados nesses programas de graduação e pós-graduação possibilitou, também, a ampliação da equipe permanente de pesquisadoras do Núcleo e, assim, a ampliação do nosso leque de atuação.²⁷

Um importante desdobramento da criação dos novos programas do NEIM foi a parceria estabelecida entre o PPGNEIM e Programa de Doutorado em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC por intermédio do Programa de Cooperação Acadêmica-PROCAD 2007 da CAPES, órgão do Ministério da Educação. Coordenado pelas Profa. Dra. Miriam Pillar Grossi, na UFSC e por mim, Cecilia Maria Bacellar Sardenberg na UFBA, o Projeto que nos reuniu foi iniciado em fins de 2008, estendendo-se até o segundo semestre de 2013, período este em que um intenso intercâmbio teve lugar entre os referidos programas. Além da participação de alunas do Mestrado e do corpo docente do PPGNEIM, tivemos a oportunidade de incluir também estudantes de graduação, principalmente alunas e alunos de iniciação científica, nos intercâmbios entre Salvador e Florianópolis, possibilitando sua participação nos encontros do ‘Fazendo Gênero’, bem como dos Simpósios do NEIM e outros eventos que tiveram lugar em Salvador no período.

Três importantes temáticas estiveram em foco nesse intercâmbio: Gênero e Ciências, Gênero e Violência e Gênero e Feminismos, gerando participações de lá e cá em bancas de avaliação, vários minicursos, seminários, jornadas e, com isso, reflexões conjuntas, multidisciplinares, voltadas para esses três temas amplos. Como produto dessas trocas, foram publicadas três coletâneas, resultantes desse trabalho conjunto.²⁸ Outro produto dessa parceria foi um dossiê sobre a Lei Maria da Penha organizado conjuntamente com Miriam Grossi e

²⁵ Uma listagem das pessoas que hoje compõem o Corpo Docente do PPGNEIM está disponível no site: <http://www.ppgneim.ffch.ufba.br/>

²⁶ Uma listagem das pessoas que compõem o Corpo Docente do BEGD está disponível no site: <http://www.generoediversidade.ufba.br/>

²⁷ Uma listagem das pessoas que integram o NEIM, atualmente, está disponível no site: www.neim.ufba.br

²⁸ Veja-se: SARDENBERG; MINELLA, 2016; SARDENBERG; TAVARES, 2016; GROSSI; BONETTI, 2018.

publicado na *Revista Estudos Feministas* (SARDENBERG; GROSSI, 2015).

Um programa fundamental para o NEIM nesse período foi o Consórcio do Programa de Pesquisas sobre o Empoderamento das Mulheres, o Pathways of Women's Empowerment Research Programme Consortium, no Brasil denominado de "Projeto Trilhas do Empoderamento de Mulheres" – TEMPO, que teve por objetivo maior tornar visíveis processos de empoderamento de mulheres e inspirar mudanças de maior consequência na forma em que as políticas voltadas para o empoderamento de mulheres vem sendo concebidas e implementadas. Coordenado por Andrea Cornwall, na época, 'fellow' do Institute of Development Studies – IDS, da University of Sussex, Inglaterra, o programa foi financiado, em sua maior parte, pelo Departamento para o Desenvolvimento Internacional – DFID, da Inglaterra, como também por agências de cooperação internacional da Noruega e Suécia.

O Programa articulou um consórcio com a participação de cinco núcleos de pesquisa em diferentes regiões do mundo. O Núcleo do Oriente Médio, com sede na American University do Cairo, trabalhou com pesquisadoras do Egito, Palestina e Líbano; o Núcleo do Sudeste da Ásia, sediado na Brac University em Dacca, trabalhou em Bangladesh, Índia, Paquistão e Afeganistão; o da África Ocidental, com sede na University of Ghana, em Acra, trabalhou em Gana, Sudão e Nigéria e; o Núcleo da América Latina, sediado no NEIM/UFBA, sob a minha coordenação e co-ordenação de Ana Alice Costa, trabalhou sobretudo no Brasil, articulando também pesquisadoras de outras países da América do Sul e Central.

No Brasil, centramos nossa estratégia de trabalho nas articulações feministas e de mulheres na região, procurando acompanhar suas lutas e a eficácia das mesmas, as relações dos movimentos sociais com o estado e como isso se reflete na vida de mulheres diferentemente posicionadas em termos de vulnerabilidades e privilégios. Essa abordagem foi consonante com a noção de empoderamento dominante na América Latina, ou seja, a de 'empoderamento para a libertação/

emancipação' (SARDENBERG, 2008). Nessa perspectiva, o empoderamento de mulheres é pensado não apenas como processo por meio do qual as mulheres ganham maior autonomia na tomada de decisões cruciais em suas vidas, como também como um instrumento de destruição das estruturas patriarcais. Em consequência, essa perspectiva enfatiza 'trilhas' coletivas, ao invés de individualizantes, com o foco em ações coletivas e transformações institucionais (SARDENBERG, 2008). No entanto, considera também processos de conscientização como fator fundamental no processo de empoderamento no âmbito pessoal (SARDENBERG, 2010).

De acordo com essa perspectiva, investigamos e facilitamos a mobilização de mulheres para garantir direitos no trabalho, particularmente para o emprego doméstico (GONÇALVES, 2010); na construção de apoio político para a justiça de gênero, organizando seminários específicos no Congresso Nacional e monitorando a Lei Maria da Penha (AQUINO, 2013; COSTA, 2010; GOMES et al, 2009; GOMES et al 2010); na mudança de narrativas sobre saúde e direitos reprodutivos (SOARES; SARDENBERG, 2008; SARDENBERG, 2012; TEIXEIRA; FERREIRA, 2011) como mudanças na sociedade mais ampla contribuíram para o avanço das lutas das mulheres. Desenvolvemos também pesquisas sobre processos de empoderamento de mulheres através das gerações, com ênfase nas mulheres de Plataforma, uma pesquisa que possibilitou a participação de dez estudantes de graduação e pós-graduação, oferecendo-lhes formação em estudos feministas, fotografia, estatística e no manejo de programas especiais, tais como o SPSS (SARDENBERG; CAPIBARIBE; SANTANA, 2008; CORNWALL; SARDENBERG, 2014).

Participação no Programa Pathways foi também de grande importância para articulações e trocas com pesquisadoras de outra países do chamado 'Sul', na Ásia, África e Oriente Médio, com nossa presença em eventos promovidos pelos outros núcleos do Programa e vice-versa, de pesquisadoras dessas regiões em nossos eventos. Possibilitou, ainda, uma intervenção feminista na

“Mudança do Garcia”, bloco tradicional dos carnavais de Salvador, com a realização de um vídeo sobre nossa atuação nesse evento.²⁹

O Projeto TEMPO/Pathways também apoiou, em parte, as ações do OBSERVE, assim como a participação do NEIM nos Acampamentos Anuais das Mulheres do Movimento dos Sem Terra – MST da Bahia. Nesses acampamentos, o NEIM cooperou, por cerca de uma década (2002-2012), com outros grupos da UFBA (a exemplo do Geografando, da Geologia, e grupos da Faculdade de Educação), organizando as oficinas e intermediando, junto à Pró-Reitoria de Extensão da UFBA, espaços dentro da Universidade, tanto para o próprio acampamento, quanto para as atividades vinculadas a ele. Na coordenação dessas oficinas, por parte do NEIM, Maria de Lourdes Schefler e Ana Alice Costa arregimentavam não apenas integrantes da nossa equipe, como também estudantes de graduação e pós-graduação, em um relevante exercício de trocas e aprendizagens com mulheres das zonas rurais e de comunidades originárias indígenas e quilombolas (SCHEFLER, 2011).

Como se há de concordar, essa nossa terceira década de funcionamento foi bastante intensa e plena de importantes iniciativas. Entretanto, por força de um processo de reestruturação de órgãos da UFBA para dar espaço aos Bacharelados Interdisciplinares criados com o PROUNI e permitir a alocação de cargos correspondentes, o NEIM perdeu seu status de órgão suplementar e, assim, também o cargo de direção. Tornou-se, por um tempo, apenas um grupo de pesquisa e, posteriormente, órgão complementar da FFCH, apesar de nossas tentativas de transformá-lo em Instituto, como INEIM. Assim mesmo, comemoramos os 30 Anos do NEIM com uma sessão de homenagem oferecida a nós pela Comissão Especial da Mulher na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia (ALBA), que reconheceu com bolo e champanhe a nossa importante contribuição tanto para os estudos feministas, quanto para o avanço das lutas pela equidade de gênero na Bahia.

VIVENDO A QUARTA DÉCADA (2013-): Perdas, *Backlash* e Resistência

A nova década – a atual – começou em clima de comemoração, não só pelos nossos 30 anos, como também pelo lançamento do nosso periódico online, a *Revista Feminismos*, vinculada ao PPGNEIM.³⁰ Conforme explicitamos na Apresentação da nossa Revista:

Esta revista resulta do compromisso que vem norteando nosso trabalho nestes quase 30 anos de existência, compromisso esse que se concretiza no lema “*articulando teoria e praxis feminista na academia*”. Assim, a *Revista Feminismos* nasce na perspectiva da articulação de diversos caminhos que possibilitem a troca de informações, de olhares, de recortes analíticos e metodologias distintas de forma que as diferentes perspectivas disciplinares se entrecruzam, gerando contribuições direcionadas à formulação de uma noção de conjunto, ainda que resguardadas por enfoques particulares. Nesse sentido ela é a cara do NEIM. Ela é parte, portanto de um projeto maior de divulgação e estímulo à produção do conhecimento na perspectiva feminista e do feminismo enquanto movimento social transformador. Um projeto que tem na Coleção Bahianas sua matriz e que agora se amplia, ganhando novos contornos e possibilidades com a *Feminismos* (COSTA; FREIRE; SARDENBERG, 2013).

O primeiro número, lançado ainda em 2013, celebrou nossa parceria com o IDS em diferentes projetos, publicando, como dossiê, traduções de textos apresentados na Workshop “Mitos de gênero e fábulas feministas: reposicionando gênero em políticas e práticas de desenvolvimento”, com uma introdução de Andrea Cornwall, Elizabeth Harrison e Anne Whitehead, organizadoras desse evento realizado na Universidade de Sussex, na Inglaterra.³¹

³⁰ <https://portalseer.ufba.br/index.php/feminismos>

³¹ <https://portalseer.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/29919/17685>

²⁹ <https://www.youtube.com/watch?v=lpL91rNZtXE>

Comemoramos também, no início desta década, a realização de uma série de cursos de ‘Estudos À Distância’ (EADs), tanto de Especialização quanto de Aperfeiçoamento e Extensão, tratando da temática de Gênero, cursos esses realizados via convênio com a SECADI, do Ministério da Educação e com a Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República, oferecidos para professoras/es e gestoras/es públicas do Estado da Bahia, uma iniciativa que teve à frente Ana Alice Costa.³²

Nesse mesmo período, também por iniciativa de Ana Alice Costa, embarcamos em uma empreitada de outros cursos - com destaque para o Curso de Formação em Gênero para Técnicos Legislativos, desenvolvido em parceria com o Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados, através da Coordenadoria da Mulher e com o apoio do Banco Mundial. Tal parceria surgiu a partir da aprovação de nossa proposta de formação de técnicos legislativos através da educação à distância, o que incluiu não apenas a elaboração dos conteúdos, mas também a construção metodológica do curso e da plataforma virtual, além da sua implementação. A perspectiva era de formação de cerca de 2.000 técnicos e técnicas em um período de dois anos, incluindo-se

³² Dentre os cursos oferecidos pelo NEIM dentro dessa parceria, destacam-se: a) Curso de Formação para professores Gênero e Diversidade na Escola, que visa à formação de professores(as) nas temáticas de gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais; b) Curso de Extensão em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça (GPP-GER), com o objetivo geral instrumentalizar os(as) participantes para intervenção no processo de concepção, elaboração, implementação, monitoramento e avaliação dos programas e ações de forma a assegurar a transversalidade e a intersetorialidade de gênero e raça nas políticas públicas; c) curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça (GPP-GER), com os mesmos objetivos do Curso de Extensão, mas no âmbito da pós-graduação, Lato Sensu; d) O Curso de Especialização em Educação em Direitos Humanos, modalidade à distância, tem por objetivo contribuir com a formação continuada de docentes e outros profissionais da educação da rede pública (Educação Básica), fortalecendo a rede nacional de EDH e produzindo estratégias para o fortalecimento de uma cultura de equidade, justiça, dignidade e desenvolvimento. Veja-se: <http://www.neim.ufba.br/wp/cursos/>

pessoal atuando nos âmbitos nacional, estadual e municipal.

Foram meses de trocas entre as integrantes da equipe do NEIM e entre o NEIM e os responsáveis por parte do Congresso Nacional, trocas essas nem sempre harmoniosas. Por um lado, tivemos problemas em transformar nosso ‘jargão acadêmico’ em um linguajar mais palatável ao público a quem o curso se dirigia e, por outro, confrontamos várias vezes tentativas de tornarem nossa fala feminista muito ‘light’ para nosso gosto. As idas e vindas do material produzido se traduziram em um exercício de tolerância para todas nós, mas, no final, conseguimos manter nossa perspectiva feminista de gênero nos conteúdos do curso.

Tudo isso se tornou ainda mais difícil, visto que, durante esse período de idas e vindas, carregávamos conosco a imensa tristeza de acompanharmos a batalha de Ana Alice Costa contra um câncer dos mais agressivos. Em dezembro de 2014, essa doença horrível e traiçoeira acabou nos roubando nossa querida colega e amiga e, com certeza, nossa liderança maior nas lutas feministas na Bahia. Até hoje, a falta que ela nos faz ainda não foi superada – e jamais será!³³

Uma das últimas batalhas de Ana Alice foi pelo Instituto NEIM, o INEIM e, na impossibilidade de criação desse Instituto, pela criação do Departamento de Estudos de Gênero e Feminismos. Mesmo bastante doente, ela se recusou a dar entrada em seu pedido de aposentadoria para garantir que a vaga a ser deixada por ela fosse para esse departamento. Ela se foi antes da oficialização do novo órgão, mas o pleno do Departamento de Ciência Política, no qual ela era lotada, respeitou o seu desejo quanto à alocação da vaga em questão. Esse novo departamento – o único, que se saiba, voltado especificamente aos Estudos sobre Gênero e Feminismos existente em uma universidade federal no país – conta hoje com dez docentes,

³³ Dentre as homenagens prestadas à Ana Alice, veja-se: FERREIRA, et al, 2015.

todas vinculadas ao Curso de Bacharelado em Gênero e Diversidade, também ainda único no Brasil.

Cabe aqui observar que apesar dessa importante conquista, a presente década tem se caracterizado como um período marcado por perdas e por lutas contra os retrocessos que vem se impondo no país desde 2015, com o desencadear do processo de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, um verdadeiro golpe contra nossa ainda frágil democracia, que a tirou do poder em maio de 2016. Há de se lembrar que seu segundo termo, iniciado em 2015, foi marcado por boicotes e pressões de várias partes, o que levou a Presidenta a reduzir o número dos seus ministérios, dentre eles a Secretaria de Políticas para Mulheres. Esta foi anexada à SEPPIR, à Secretaria da Juventude e à Secretaria de Direitos Humanos para formar o novo Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, ainda que não implicando em cortes nos programas antes sendo desenvolvidos por esses órgãos. O que, certamente, não agradou nem a ‘gregos’ nem ‘troianas’.

Na verdade, como alguns estudos têm apontado, a questão de gênero teve um papel preponderante não só no golpe, como também desde o início da trajetória eleitoral de Dilma Rousseff para a presidência. Segundo constataram Linda Rubim e Fernanda Argolo (2018, p.13): “A campanha eleitoral de 2010, a primeira de Dilma Rousseff como candidata, foi marcada por estratégias vulgares e desrespeitosas, que incluíam questionamentos à sexualidade dela, e representações estereotipadas da mídia, que Rousseff figurava como o poste de Lula”. As mesmas autoras observam, mais adiante, que “o sexismo, o machismo e a misoginia compuseram os lances mais lamentáveis e perversos da campanha do impeachment” (IBID:p.16), a mídia fazendo uso dos estereótipos de gênero, chegando a contrapor a imagem de Dilma à de Marcela Temer, retratada como “bela, recatada e do lar”.

Embalado por esse discurso, tão logo assumiu o poder como presidente interino, o vice Michel Temer extinguiu o Ministério das

Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, que abrigava a Secretaria de Políticas para Mulheres, transferindo-a para o Ministério da Justiça, mas sem o status anterior. Ademais, para coordená-la, o interino nomeou a ex-deputada e ex-presidente da [Frente Parlamentar Evangélica](#), Fátima Pelaes (PMDB), que logo transformou as instalações da referida Secretaria em um espaço para cultos religiosos, ferindo o princípio de laicidade do Estado. Além disso, fez cortes profundos no orçamento da Secretaria, tornando impossível a continuidade de muitos dos programas (SARDENBERG, 2018b).

Tudo isso foi acompanhado por campanhas lideradas por fundamentalistas religiosos contra o que chamam de “ideologia de gênero”, naturalizando, assim, não só a divisão sexual do trabalho, como também as desigualdades entre homens e mulheres, ao tempo em que condenam as orientações LGBTTT como doenças, necessitando de “cura”. Essas campanhas datam desde a IV Conferência Mundial das Mulheres, realizada em 1995, em Beijing, China, quando grupos religiosos então liderados pelo Vaticano se posicionaram contra o uso do conceito de gênero, sobretudo no tocante à sexualidade e aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, na Declaração e Plataforma de Ação e demais documentos resultantes (FRANCO, 2003). No Brasil, embora a oposição a essa perspectiva já se manifestasse em pronunciamentos da ala mais conservadora da Igreja Católica e seitas evangélicas desde fins dos anos 1990, o embate contra os usos de gênero se acirrou a partir de dezembro de 2010, quando da apresentação do Plano Nacional de Educação no qual se propunha, em suas diretrizes, a superação das desigualdades educacionais, “com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual” (MARANHÃO; COELHO; DIAS, 2018; MISKOLCI; CAMPANA, 2017; SOUZA, 2014).

Essas batalhas acontecem em todos os níveis – da Câmara Federal às municipais -, junto às campanhas da “escola sem partido” – ou seja, contra uma suposta “doutrinação do marxismo cultural” de jovens -, tendo se aguçado a partir de

2018 com a eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República. Com Bolsonaro, o neofascismo à brasileira vem ganhando terreno, alimentado que é pelo machismo, sexismo, homofobia, racismo, espírito genocida e tudo quanto há de pior, pelo próprio Presidente, sem o menor disfarce, sem o mínimo pudor! Isso tudo vem acompanhando a destruição da educação e saúde públicas, das políticas em defesa dos direitos humanos das mulheres, negros, índios, quilombolas, lgbtts e outros grupos discriminados, da política exterior, da ciência e tecnologia no país – ou seja, de tudo que se conseguiu construir ao longo dos anos desde a promulgação da Constituição de 1988. Vem destruindo, inclusive, todos os nossos esforços também no plano internacional, deixando de ser uma importante liderança nos programas da ONU em prol da equidade de gênero e empoderamento feminino (SARDENBERG, 2018a)

Com Bolsonaro, a antiga Secretária de Políticas para Mulheres foi para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, sob o comando de Damares Alves, que se identifica como pastora evangélica, tendo sido uma das principais difusoras de Fake News desse governo. Todos os projetos anteriores, a exemplo dos que a equipe do NEIM participou na década anterior, foram descontinuados, inclusive o Programa Mulher Viver sem Violência, um programa de combate a violência contra mulheres reconhecido pela ONU como dentre os melhores do mundo! Não por acaso, a violência contra mulheres vem escalando, principalmente com o isolamento social imposto pela situação de pandemia do COVID-19 que estamos vivenciando este ano de 2020.

Mas a violência vem sendo também direcionada a todos e todas quantas defendem os direitos humanos e as políticas de equidade de gênero, com destaque para as ameaças enviadas pelo chamado “gabinete do ódio” à lideranças como Jean Wyllys, Deborah Diniz e Marcia Tiburi, que se viram obrigados a sair do país, e até mesmo à nossa diretora do NEIM, bem como de invasões às nossas instalações na FFCH. Por certo, tudo isso tem concorrido também para a

nossa volta às ruas com maior força e, na impossibilidade de fazê-lo nesse momento de isolamento social, de fazer nosso ativismo nas redes sociais digitais, participando, inclusive, do Congresso Virtual da UFBA de 2020, uma iniciativa pioneira da nossa Universidade em época de pandemia.³⁴

De fato, desde meados dos anos 2000, quando as redes sociais, a exemplo do ORKUT (hoje extinta) e do Facebook, ganharam força, o NEIM tem se feito presente nas mídias digitais, seja por patrocinar grupos, tais como o do próprio NEIM (com quase 6.000 membros) e o do OBSERVE (com mais de 3.000), seja com páginas - do OBSERVE, da Revista Feminismos e a do NEIM – além de seu próprio site no espaço da UFBA.³⁵ E temos ganhado as ruas novamente, também, participando das Marchas das Vadias em luta contra a violência sexual, da chamada Primavera Feminista referentes ao movimentos das mulheres brasileiras contra o PL- do então Presidente do Congresso Nacional, o ex-deputado Eduardo Cunha, que extinguiu a distribuição do kit de proteção a mulheres vítimas de violência sexual, das passeatas do Dia Internacional da Mulher, integrando, inclusive o movimento 8M de Salvador, nascido da organização dos grupos de mulheres da Cidade para as manifestações desse dia, além de todas as lutas contra o Golpe de 2016 e em defesa da Universidade Pública e da Democracia no país. Por certo, o NEIM vem se posicionando e se manifestando contra o avanço do fascismo no Brasil, aqui entrelaçado ao fundamentalismo patriarcal, com tentativas constantes de nos roubar os direitos duramente conquistados. Um fenômeno que acontece não apenas no Brasil, mas também em outros países pelo mundo.

³⁴ Sobre o Congresso Virtual da UFBA, veja-se: <https://congresso2020.ufba.br/>

³⁵ Link do grupo do NEIM: <https://www.facebook.com/groups/196114047065623>; Link do grupo do OBSERVE: <https://www.facebook.com/groups/130846203651177>. Link da Página da Revista Feminismos: <https://www.facebook.com/RevistaFeminismos>. Link da Página do OBSERVE: <https://www.facebook.com/observelemariadapenha>. Link do NEIM na UFBA: www.neim.ufba.br

Por isso mesmo, acatamos com entusiasmo a proposta do Institute of Development Studies – IDS de uma nova parceria, desta feita, para o Projeto “Confronting the Backlash Against Women’s Rights: Reclaiming Gender Justice”. Voltado, por um lado, para investigações sobre o retrocesso que se tem tentado impor contra os direitos das mulheres e a justiça de gênero e, por outro, para a resistência dos movimentos e grupos de mulheres contra essa ameaça, o projeto traz a possibilidade de trabalharmos com outras instituições e grupos de estudo de Bangladesh, Índia, Palestina, Quênia e Uganda, dentre outros países.

A questão da resistência, em especial, é importante para nós nesse momento em que sofremos todo tipo de ameaça, não apenas contra os estudos de gênero, mas contra a ciência de um modo geral, sobretudo, as ciências sociais e humanas. Faz parte desse nosso espírito de resistência a perseverança na continuidade dos nossos cursos de graduação e pós-graduação no campo dos estudos feministas, mesmo em condições adversas, cursos esses que já completaram uma década e que vieram para ficar. Lutamos, também, pela manutenção das políticas de ações afirmativas nesses cursos, com destaque para as cotas para o ingresso de candidatas e candidatos negros e de origem indígena.

Continuamos, também, resistindo no que toca às nossas publicações, com lançamentos de seis volumes da Coleção Bahianas nesta última década, e chegando ao nosso sétimo volume da *Revista Feminismos*, mesmo tendo nosso site invadido por ‘hackers’ e a perda de muito material de nossos volumes iniciais, problemas esses que têm atrasado em muito a nossa periodicidade. Mas resistimos!

Em termos de parcerias com o Governo, agora, só no âmbito estadual, com destaque para o trabalho com o Parlamento Feminista da Assembleia Legislativa da Bahia e com a Secretaria Estadual de Políticas para Mulheres da Bahia. Persistimos, também, na nossa atuação nas Redes, tendo inclusive sediado na UFBA o 18º Encontro da REDOR, realizado em 2018, juntamente ao nosso 19º Simpósio Baiano de

Pesquisadoras (es) sobre Mulheres e Relações de Gênero, cujo tema central se reportou às questões hoje postas para o nosso campo discursivo de ação feminista, qual seja: “Gênero e Democracia: perspectivas e desafios na produção do conhecimento.” E participamos, também, com muita energia, do Fórum Social Mundial, sediado no Campus da UFBA, em 2017, tecendo nossas articulações e conexões com outros campos de ação feminista, com destaque para o chamado “movimento social”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao nos voltarmos neste trabalho para a história e memória do feminismo acadêmico no Brasil, substantivado pela trajetória do NEIM nessas últimas quatro décadas, temos que concordar com Margaret Rago (1996, p.17) em que, de fato, o feminismo causou “um profundo impacto na academia e na produção científica”. Contudo, é certo que o reverso também tem sido verdade, ou seja, o feminismo acadêmico, enquanto um campo discursivo de ação feminista, também tem provocado impacto nos movimentos sociais e no campo feminista como um todo, inclusive em processos de *mainstreaming* pelo Estado adentro.

Aliás, poderíamos mesmo afirmar que uma das características especiais dos feminismos acadêmicos na América Latina, no Brasil em particular, tem sido justamente essa sua maior articulação com outros subcampos discursivos de ação feminista, se é que podemos assim nos referir aos diferentes movimentos de mulheres, inclusive em suas incursões no Estado (no que identificamos de Feminismo um intenso entrecruzar desses campos e instâncias de ação, com deslocamentos de militantes de um para outro campo ou mesmo sua atuação em vários ao mesmo tempo.

Note-se, por exemplo, que essas articulações e fluxos são muitas vezes formalizados, a exemplo da participação de feministas acadêmicas em conselhos de direitos das mulheres em todos os âmbitos (municipal, estadual, nacional), cuja presença nessas

instâncias é muita vezes estabelecida por lei. Também, com as coordenadorias, superintendências e secretarias de políticas para mulheres, tem se estabelecido um intenso fluxo discursivo e de pessoal – a exemplo da ex-Ministra Chefa da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República do Governo de Dilma Rousseff, a Professora Doutora Eleonora Menicucci, militante dos movimentos feministas e Professora Titular da Universidade Paulista.

Há que se observar que, sobretudo durante os Governos Lula e Dilma, avançaram bastante os processos de ‘verticalização’ e expansão horizontal dos campos de ação dos feminismos no Brasil, crescendo assim também a demanda, por parte da sociedade como um todo, por pessoal capacitado para atuar em programas e projetos visando o empoderamento de mulheres e a formação de quadros. A constatação desse fato inspirou a criação de cursos de extensão e especialização em estudos sobre gênero por todo o país, como os que foram então oferecidos online por várias universidades (na UFBA inclusive), com o apoio da SECADI, órgão do MEC. Inclui-se aí também a própria criação, na UFBA, por iniciativa do NEIM, do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos - PPGNEIM, oferecendo Mestrado e Doutorado, e do Curso de Bacharelado em Gênero e Diversidade. Tais iniciativas, por sua vez, propiciaram mudanças na estrutura departamental – tradicionalmente ‘disciplinar’ na UFBA – com a criação, por proposta do NEIM, do Departamento de Estudos de Gênero e Feminismos, um departamento multi e interdisciplinar na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA.

No momento em que encerro estas considerações finais, contudo, vivenciamos um momento deveras tenebroso sob as constantes e múltiplas tentativas por parte do governo atual de proceder no desmonte, não só das políticas públicas em defesa dos direitos humanos, inclusive os das mulheres, como também do campo científico e das universidades públicas, com ataques abertos contra tudo que se volte para

as questões de gênero. Conforme declarei em entrevista recente sobre nosso momento atual:

Confesso que muito me preocupa o momento em que vivemos no país, com o avanço do fundamentalismo religioso em nossas esferas de poder. Há um processo de desmanche das universidades públicas, de desqualificação da ciência, de desvalorização de docentes — produtos do obscurantismo que paira sobre nossa sociedade e que representa uma grande ameaça à continuidade do ensino público, no geral, e dos estudos de gênero e feministas, em especial. Trata-se de um momento de retrocesso no tocante às conquistas no plano dos direitos humanos e sociais — de verdadeira ameaça à democracia —, como também de ameaça ao desenvolvimento da cultura e da ciência e tecnologia. Precisamos articular frentes de batalha para defendermos a continuidade de nossos estudos e defendermos a democracia em nosso país (SARDENBERG Apud JOSIOWICZ, 2020, p.249).

Estou certa de que nós, feministas acadêmicas atuantes no Brasil, não fugiremos à luta!

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca; VON BULOW, Marisa. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através de fronteira Estado e sociedade. *Sociologias* n° 13 (28), Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, URGs, 2011, pp.52-84.

AGUIAR, Neuma (org.). *Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: Coleção, 2001.

ALVAREZ, Sonia. Para Além da Sociedade Civil: Reflexões sobre o Campo Feminista. *Cadernos PAGU*, (43), janeiro-junho de 2014, p.13-56.

ALVAREZ, Sonia. A ‘Globalização’ dos Feminismos Latino-Americanos. Tendências dos Anos 90 e desafios para o novo milênio. In:

ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ARTURO, Escobar. *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-americanos*. Novas Leituras. Belo Horizonte: UFMG, 1998 p. 383-426.

ALVES DE MORAIS, Adenilda B.; CARVALHO, Maria Eulina P. *Institucionalização dos estudos de gênero na universidade: uma análise a partir de narrativas de acadêmicas feministas*. Trabalho apresentado à 18ª Redor: UFRP Recife, 2014.

ALVES DE MORAIS, Adenilda B.; CARVALHO, Maria Eulina P.; RABAY, Gloria. *Narrativas biográficas e autobiográficas sobre feminismo acadêmico no âmbito da rede feminista norte e nordeste de estudos e pesquisa sobre a mulher e relações de sexo e gênero – Redor*. Trabalho apresentado à 18ª Redor: UFRP Recife, 2014.

AQUINO, Silvia de. *Organizing to monitor implementation of the Maria da Penha Law in Brazil*. In: AL-SHARMANI, Mulki. (Org.). *Feminist Activism, Women's Rights and Legal Reform*. 01ed. London & New York: Zed Books, v. 01, p. 177-202, 2013.

AQUINO, Silvia de. *Construindo uma 'nova cidadania': reflexões sobre a interação entre movimento feminista e Estado na criação da Delegacia de Proteção à Mulher de Salvador*. In: Ana Alice A. Costa; Cecília Sardenberg (orgs), *Feminismo, Ciência e Tecnologia*. Coleção Bahianas, Salvador, v. 8, p. 217-228, 2002.

AVILA, Maria Betânia. "Feminismo e sujeito político." 2004 .Disponível em: <http://www.app.com.br/portallapp/opinião.php?idl=3>

AZIZE VARGAS, Yamila. *Estudios de la mujer em Puerto Rico: Marginalidade creadora vs. falta de compromisso institucional*. IN: Gloria Bonder (org.), *Igualdad de oportunidades para la mujer: Un desafío a la educación latinoamericana*.

Argentina: Ministerio de Cultura y Educación, Programa de Promoción de la Igualdad de Oportunidades para la Mujer en el Área Educativa. 1994. Disponível em:

http://www.educoas.org/Portal/bdigital/contenido/interamer/BkiACD/Interamer/Interamerhtml/Bonderhtml/bon_varg.htm. Acesso em 20/março/2018.

BLAY, Eva. *Trabalho domesticado: a Mulher na Indústria Paulista*. São Paulo: Ática, 1978.

BOSI, Eclea. *Memória e Sociedade; lembranças de velhos*. São Paulo, T. A Queiroz/EDUSP, 1973.

BOURDIEU, Pierre. *O campo científico*. In: ORTIZ, Renato (Org.); FERNANDES, Florestan (Coord.). Pierre Bourdieu. Tradução de Paula Montero e Alícia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei nº 11.340. *Lei Maria da Penha*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2006.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as mulheres. *II Plano Nacional de Políticas para as mulheres*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008.

BUCUR, Maria, *Passing It Forward: Thoughts On Academic Feminists And The Future Of Our Ideas, Analyze – Journal of Gender and Feminist Studies*. New Series.No 1 (15) / 2013.

CASTELLS, Manuel. *A era da informação: economia, sociedade e cultura - A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Mary Garcia. O Golpe de 2016 e a demonização do gênero. IN: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (orgs.). *O Golpe na perspectiva de Gênero*. Salvador, BA: EDUFBA, 2018, p. 127-145.

CORNWALL, Andrea; SARDENBERG, Cecilia. 'Participatory Pathways: Researching women's empowerment in Salvador, Brazil. *Women's Studies International Forum*, v.45, 2014, p.72 – 80.

CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal". *Cadernos Pagu* (16) 2001: pp.13-30.

COSTA, Albertina. Os estudos da mulher no Brasil ou a estratégia da corda bamba. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, n. especial, p. 401-409, 1994a.

COSTA, Albertina. O campo de estudos da mulher no Brasil; período de formação. In: Margarida Brandão; Maria Clara Binghamer. (Org.). *Mulher e relações de gênero*. São Paulo: Loyola, 1994b.

COSTA, Albertina; BLAY, Eva. *Gênero e universidade*. São Paulo: EDUSP, 1992.

COSTA, Ana Alice Alcântara. Quotas: A Pathway of Political Empowerment? IN: Andrea Cornwall; Jenny Edwards (orgs.), *Feminisms, Empowerment and Development. Changing Women's Lives*. London & New York: Zed Books, 2014.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O feminismo brasileiro em tempos de Ditadura Militar. *Labrys, estudos feministas*, janeiro/ dezembro 2009. Disponível em: <http://www.labrys.net.br/labrys15/ditadura/analice.htm>. Acesso em: 28/03/15.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. *Revista Gênero*. Universidade Federal Fluminense, 1998. Disponível em: www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/380. Acesso em: 10/03/15.

COSTA, Ana Alice. O seminário de Salvador. Beijing'95, Brasília, , v. 1, p. 3 - 3.

COSTA, Ana Alice; SOUZA, Ângela M. Freire de Lima; SARDENBERG, Cecilia. Apresentação. *Revista Feminismos*, Vol.1, No.1, 2013.

COSTA, Ana Alice; RODRIGUES, Alexnaldo; VANIN, Iole. In: Ana Alice Alcântara Costa, Alexnaldo Teixeira Rodrigues, Iole Macedo Vanin. (Org.). *Ensino e Gênero: Perspectivas Transversais*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2011, v. 1, p. 05-17.

COSTA, Ana Alice; RODRIGUES, Alexnaldo; PASSOS, Elizete. Apresentação. In: Ana Alice Alcântara Costa, Alexnaldo Teixeira Rodrigues, Elizete Silva Passos. (Org.). *Gênero e Diversidades na gestão educacional*. 1ed.Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2011, v. 1, p. 07-15.

COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria B.; VANIN, Iole. A institucionalização dos estudos feministas e de gênero e os novos desafios. *Pensando gênero e ciência. Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas 2009, 2010*. Presidência da República. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2010, p. 57-72. Disponível em: www.spm.gov.br/central-de-conteudos/.../spm-nucleos-web. pdf Acesso em: 18/03/14.

COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecilia. Teoria e práxis feminista na academia: os núcleos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras. *Revista Estudos Feministas*, número especial, 1994. (Republicado em *Revista Feminismos*, Número especial, 2014).

COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecilia (orgs.). *O Feminismo no Brasil: Reflexões Teóricas e Perspectivas*. Salvador, Ba: NEIM/UFBA, 2008a.

COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecilia. A transversalização de Gênero e Raça no Plano Nacional de Qualificação: análise crítica e diretrizes. *Ser Social* (UnB) , v.10, p.101 - 138, 2008b.

COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecilia. La trayectoria del feminismo académico y la creación del Programa de Estudios Interdisciplinarios sobre Mujeres, Género e Feminismo. In: V Congreso Iberoamericano de Estudios de Género, 2008, Rosario/Argentina. Los caminos de la libertad y la igualdad en la diversidad. Rosario/Argentina: Universidad Nacional de Rosario, 2008c, v. 1. p. 1-8.

COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecilia (orgs.). *Feminismo, Ciência e Tecnologia*. Salvador, Ba: NEIM/UFBA/REDOR, 2002.

COSTA, Ana Alice ; SARDENBERG, Cecilia. Rede Regional Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero. *Revista Brasileira de Enfermagem* , Brasília, v. 46, n.2, p. 171-175, 1993.

DIAS FILHO, Antonio Jonas; SARDENBERG, Cecilia. O que é que a Bahia tem. Turismo Sexual e Tráfico de Mulheres. Salvador, Ba.: CHAME/NEIM/UFBA, 1998.

ELAM, Diane (1995). *Surfaces*, Vol.V (1011) (v.1.0^A – 28/11/1995). Disponível em: <http://pum12.pum.unmontreal.ca/revues/surfaces/vol5/elam.html>. Acessado em 09/02/2003.

ESPINA, Gioconda. “Balance estrictamente personal de la V Jornada Nacional de Investigación de Género”, 2006. <http://www.analitica.com/mujeranalitica/documentos/8092289.asp>. Acessado em: 30/03/2018.

FEMENIAS, Maria Luisa. “El feminismo académico en Argentina”. *Labrys, estudios feministas*, Jan-Julho, 2005.

FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. *Social Memory*. Cambridge, Blackwell, 1992.

FERREIRA, Silvia Lúcia et alli, Dossiê em Homenagem à Ana Alice Costa, *labrys, études féministes/estudios feministas* janeiro/junho / 2015.

FIOL, Esperança Bosh et alli. (2001). “Feminismo social y Feminismo Académico”. Disponível em: www.nodo50.org/mujeresred/feminismo-ebvf.html. Acessado em: 09/02/2003.

FRANCO, Jean. Deponer a El Vaticano. el proyecto secular del feminismo. *Debate Feminista*, vol. 27, 2003, pp.28-44.

GOMES, Márcia; TAVARES, Márcia; SARDENBERG, Cecilia. *A Aplicação da Lei Maria da Penha em Foco*. Cadernos do Observ, no. 1. Salvador, BA: NEIM/UFBA/OBSERVE, 2010.

GONÇALVES, Terezinha. Crossroads of Empowerment: The Organization of Women Domestic Workers in Brazil. IN: Andrea Cornwall; Jenny Edwards (orgs.), *Feminisms, Empowerment and Development. Changing Women's Lives*. London & New York: Zed Books, 2014.

GONÇALVES, Terezinha (org). *O Combate ao Racismo e Sexismo Institucional no Brasil: experiências dos Conselhos na Bahia - PCRI (2005/2006)*, Relatório de Pesquisa. Salvador, BA; NEIM/UFBA, 2008.

GONÇALVES DA SILVA, Terezinha; VANIN, Iole (orgs.). *Formação de Formadores em Gênero para Trabalhadoras do Setor do Comércio, Caderno de Textos*. Salvador, BA: REDOR, 2006.

- GOUWS, Amanda. Reflections on being a feminist academic/academic feminism in South Africa. *Equality, Diversity and Inclusion: An International Journal* Vol. 31 No. 5/6, 2012 pp. 526-541.
- GROSSI, Miriam (2004). “ A Revista Estudos Feministas Faz 10 Anos; Uma Breve História do Feminismo no Brasil”. *Revista Estudos Feministas*, set-dez, ano; vol. 12, número especial, PP.211-221.
- GROSSI, Miriam; BONETTI, Alinne (orgs). *Caminhos Feministas no Brasil: teorias e movimentos sociais*. Tubarão, SC: Copyart, 2018.
- HARAWAY, Donna. *The Companion Species Manifesto*. Chicago: Prickly Paradigm Pres, 2003.
- HEILBORN, Maria Luiza. Fazendo gênero? A antropologia da mulher no Brasil, In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina. (orgs.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro/São Paulo, Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992.
- HEILBORN, Maria Luiza e SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, Sergio. (org.) *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. *Sociologia* (volume II), São Paulo, Editora Sumaré/ANPOCS, Brasília, Capes, 1999.
- HEMMINGS, Clare. ‘Telling Feminist Stories’, *Feminist Theory* 6(2): 115–39, 2005.
- HOBSBAWN, Eric. “The social function of the past: some questions,” *Past and Present*, vol. LV, 1972, p. 3-17.
- JACKSON, Sue. “Networking Women: A history of issues, ideas, and development in Women’s Studies in Britain”. *Women’s Studies International Forum*, Vol. 23, No. 1, pp. 1–11, 2000.
- JACKSON, Sue. *Differently academic? Developing lifelong learning for women in higher education*. Kluwer Academic Press, 2004.
- JOSIOWICZ, Alejandra. Simpósio: cinco questões sobre os estudos de gênero na América Latina. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol 33, nº 70, p.227-253, Maio-Agosto 2020.
- LANDY, Marcia. Academic Feminism: The History of Women’s Studies at the University of Pittsburgh. 1973. Disponível em: Acessado em:
- LAURETIS, Teresa de. Introduction. In: _____ (ed), *Feminist Studies, Critical Studies*. Bloomington, Indiana University Press, 1986.
- LEFFLER, Ann, Dair L. GILLESPIE e Elinor Lerner RATNER (1973). Academic Feminists and the Women’s Movement. Disponível em: www.nostatusquo.com/ACLU/Nikki/academicl.html. Acessado em: 11/02/2003.
- LIMA, Tatiane de Lucena. *Currículo, gênero e formação: uma compreensão densa dos atos de currículo do curso de Bacharelado em Gênero e Diversidade da UFBA e suas implicações nas experiências formativas*. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, 2012.
- MACHADO, Lia Zanota. Campo Intelectual e Feminismo: Alteridade e Subjetividade nos Estudos de Gênero. Brasília: UNB, *Série Antropologia*, no. 170. 1994.
- MAMA, Amina. What does it mean to do feminist research in African contexts? *Feminist Review*, [Vol 98, Issue 1 suppl, 2011](#).
- MARANHÃO FILHO, Eduardo M.; Coelho, Fernanda; Dias, Tainah. “Fake news acima de tudo, fake news acima de todos”: Bolsonaro e o “kit gay”, “ideologia de gênero” e fim da “família tradicional”. *Revista Eletrônica Correlatio* v. 17, n. 2 - Dezembro de 2018.

MATOS, Marlise. A institucionalização do feminismo no Brasil. Os núcleos de estudos de relações de gênero e o feminismo como produtores de conhecimento: A experiência da REDEFEM. *Pensando gênero e ciência. Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas 2009, 2010*. Presidência da República. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2010, p. 57-72. Disponível em: www.spm.gov.br/central-de-conteudos/.../spm-nucleos-web.pdf Acesso em: 20/08/2018.

MATOS, Marlise. “Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências”. *Revista Estudos Feministas*. vol.16, n.2, 2008, p. 333-357.

MESSER-DAVIDOW, Ellen. *Disciplining Feminism: From Social Activism to Academic Discourse*. Durham and London: Duke University Press, 2002.

MIRANDA, Maria Soledad Martinez. “Algunos debates contemporâneos em torno a la categoría género y sus implicaciones para el contexto universitario”. *Identidades*, vol!, Núm.1, Agosto, 2003, pp.: 33-38.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado* vol.32, no3, Brasília, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2017, pp.723-745.

MONTECINO, Sonia. “De la Mujer al Género: Implicancias Académicas y Teóricas”. *Excerpta*, no. 2, 1996. Disponível em: www.cholonautas.edu.pe/pdf/DE%20la%20MUJER%20AL%20GNEERO.pdf. Acessado em :30/01/2003.

MOSS, Dorothy; PRYKE, Julie. Creating space and time for feminist approaches in higher education. *Women's Studies International Forum* , 30, 2007, p. 367–379.

MOTTA, Alda et alli, “Programa de Assessoria do NEIM a Grupos de Mulheres de Baixa Renda”, Salvador: NEIM/UFBA, 1989.

MURARO, Rose Marie. *A Mulher na construção do mundo futuro*. Petrópolis: Vozes, 1966.

NEWSON, Janice. Academic Feminism’s Entanglements with University Corporatization. *Topia*, n. 28, 2012.

OLIVEIRA, Neuza Maria. *Rainha das Águas Dona do Mangue*. Relatório de Pesquisa. 2003.

PASINATO, Wânia. Identificando entraves na articulação dos serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar em cinco capitais. Relatório de Pesquisa apresentado ao OBSERVE: Observatório de Monitoramento da Lei Maria da Penha, 2010.

PASINATO, Wânia; SARDENBERG, C. M. ; GOMES, M. Q. C. . Relatório Sobre As Condições Para Aplicação Da Lei 11.340/2006 Nas Deams E Juizados De Violencia Doméstica E Familiar Contra A Mulher Nas Capitais E Distrito Federal. 2010.

PASSOS, Elizete. Apresentação. IN: Ana Alice A. Costa; Ivia Iracema Alves (orgs). *Ritos, Mitos e Fatos. Mulher e Gênero na Bahia*. Coleção Bahianas no. 1, Salvador, BA: NEIM/UFBA, 1997.

PATAI, Daphne. *Professing Feminism: Education and Indoctrination in Women's Studies* (with N. Koertge; new and expanded edition; Lexington Books, 2003.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2003.

RABAY, Glória; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; SILVA, Lucimeiry Batista da. *Feministas e Acadêmicas: O papel da REDOR no*

fortalecimento dos Estudos feministas e de gênero na educação superior do Norte e Nordeste do Brasil In: MONTANÉ, Alejandra; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de (Org.). *Mujeres y Educación Superior*. Editora UFPB, 2013. p. 163-188.

RAGO, Margareth. Adeus ao Feminismo? Feminismo e (Pós) Modernidade no Brasil. *Cadernos AEL*, n. 3/4, 1995/1996.

REIS, Toni; EGLERT, Edla. Ideologia de Gênero: Uma Falácia Construída sobre os Planos Nacionais de Educação. *Educação e Sociedade*, V. 38, N.138, p.9-26, jan-mar, 2017.

RELKE, Diana. *Feminism Doesn't Live Here Any More: Women's Studies in North America*, 1996. Disponível em: www.usask.ca/wgst/journals/cont2.htm. Acessado em : 29/04/2004.

ROSEMBERG, Fúlvia . Estudos sobre a Mulher e Relações de Gênero. In MICELI, Sergio (org.). *A Fundação Ford no Brasil*. São Paulo, Sumaré/Fapesp, 1993, p.205-236.

RUBIM, Linda; ARGOLLO, Fernanda (orgs.). *O Golpe na perspectiva de Gênero*. Salvador, BA: EDUFBA, 2018.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo, Editora Quatro Artes, 1969.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

SARDENBERG, Cecília. Mulheres em movimentos de bairro, conscientização feminista e feminismo popular em Salvador, Bahia - anos 1980 e 1990. *Revista Crítica Histórica*, Ano X, No. 19, junho 2019.

SARDENBERG, Cecília. Negociando Gênero em Desenvolvimento: Os Feminismos Brasileiros

em Destaque. *Cadernos Pagu*, Unicamp, N.52, 2018a.

SARDENBERG, Cecília. Políticas de enfrentamento da violência contra mulheres no Brasil: construção e desmonte. *Revista Estudios de Políticas Públicas*, Univ. de Chile, n.8, p. 78-98, 2018b.

SARDENBERG, Cecília. *Percursos, Percalços e Prazeres de Uma Antropóloga Feminista na Vida Acadêmica*. Memorial de Títulos para Progressão à Cadeira de Professora Titular. Departamento de Antropologia, UFBA, Salvador, Bahia, 2016.

SARDENBERG, Cecília. Ana Alice Alcântara Costa: “guerreira e forte para todo o sempre” (1951-2014). *Revista Estudos Feministas*, Vol. 23, no. 1, 2015a .

SARDENBERG, Cecília. O feminismo acadêmico como um campo de ação dos feminismos brasileiros: trajetórias, conexões, tensões e novos desafios. Projeto de Produtividade em Pesquisa apresentado e aprovado pelo CNPq. NEIM/UFBA, 2015b.

SARDENBERG, Cecília. Brazilian feminisms in global spaces: Beijing and Beijing+20. *IDS Bulletin*, v.46, p.115 – 122, 2015c.

SARDENBERG, Cecília. Gênero e Políticas para Mulheres no Brasil: Reflexões em torno de uma experiência doída. *Caderno Espaço Feminino*, Universidade Federal de Uberaba. v.28, No.2, p.505-541, 2015d.

SARDENBERG, Cecília. Gênero, religião e (des)empoderamento de mulheres: o caso de Plataforma, Bahia. IN: Maria José N. Rosado (org.), *Gênero, Feminismo e Religião. Sobre um campo em constituição*. Rio de Janeiro: Garamond, 2015e.

SARDENBERG, Cecília. Migrações Perigosas: As (Des)Aventuras Semânticas do Conceito de

Gênero nos Projetos e Políticas para Mulheres no Brasil. In: Eliane Gonçalves (Ed), *Iguais? Gênero, Trabalho e Lutas Sociais*. Goiânia : Editora da PUC Goiás, p. 19-48, 2014.

SARDENBERG, Cecilia. 'Práticas Sexuais, Contracepção e Aborto Provocado entre Mulheres das Camadas Populares de Salvador.' *Revista Estudos de Sociologia*, Universidade Estadual de Araraquara, SP, Brasil, v.17, no. 32, p.65-84, 2012.

SARDENBERG, Cecilia. A Violência Simbólica de Gênero e a Lei Anti-Baixaria na Bahia. <http://www.ppgneim.ffch.ufba.br/pt-br/violencia-simbolica-de-genero-e-lei-antibaixaria-na-bahia>, 2011.

SARDENBERG, Cecilia. 'Women's Empowerment in Brazil: Tensions in discourse and practice.' *Development*, Vol. 53, Number 2, 2010.

SARDENBERG, Cecilia. O Feminismo Acadêmico no Brasil. Trabalho apresentado ao XXVIII Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos-LASA, Rio de Janeiro, RJ, 11 a 14 de junho, 2009.

SARDENBERG, Cecilia. 'Liberal vs Liberating Empowerment: A Latin American Feminist Perspective on Conceptualising Women's Empowerment.' *IDS Bulletin*, v.39, p.18 – 27, 2008.

SARDENBERG, Cecilia. Para Re-Tecer a Rede: Reflexões sobre a trajetória da REDOR. Trabalho apresentado ao I Seminário Internacional, Enfoques Feministas e o Sèculo XXI: Feminismo e Universidade na América Latina, Salvador, Ba, NEIM;UFBA, 6 a 9 de dezembro de 2005.

SARDENBERG, Cecilia. Introducing Gender Awareness to Elementary School Teachers in Bahia, Brazil. In: Proceedings of the IV International Conference of the Centre for Women in Rural Development: *Knowledge, Education*

and Extension for Women in Rural Areas, Berlin: Humboldt University, 2000.

SARDENBERG, Cecilia (org). *Quinze Anos de NEIM*. Salvador, BA: NEIM/UFBA, 1998.

SARDENBERG, Cecilia; COSTA, Ana Alice. 'State Feminism and Women's Movements in Brazil: Achievements, Shortcomings, and Challenges'. IN: A. Basu (Ed) *Women's Movements in the Global Era: The Power of Local Feminisms*. Second Edition. Boulder, Colorado: Westview Press, 2017.

SARDENBERG, Cecilia; COSTA, Ana Alice 'Feminisms in Brazil: Voicing and Channeling Women's Diverse Demands'. In: S. Nazneen and M. Sultan (eds), *Voicing Demands Feminist Activism in Transitional Contexts*. London: Zed Books Ltd., p. 56-81, 2014.

SARDENBERG, Cecilia; COSTA, Ana Alice. 'Feminisms in Contemporary Brazil: Advancements, Shortcomings, and Challenges'. In: A.Basu (ed.) *Women's Movements in a Global Era: The Power of Local Feminisms*, First Edition. Boulder, Colorado, USA : Westview Press, p. 125-150, 2010.

SARDENBERG, Cecilia; COSTA, Ana Alice; GONÇALVES DA SILVA, Terezinha. Transversalizando Gênero, Raça e Classe no Programa de Qualificação do TEM. Levantamento das Ações do PNQ na Perspectiva de Gênero e Raça. Relatório Técnico de Consultoria apresentado à OIT – 2007.

SARDENBERG, Cecilia; FERREIRA, Sílvia; COSTA, Ana Alice. *A Face Feminina do Complexo Metal-mecânico: mulheres metalúrgicas no Norte e Nordeste*. Coleção Baianas n.9, Salvador, Bahia: REDOR/NEIM/UFBA: São Paulo: Confederação Nacional de Metalúrgicos, 2004.

SARDENBERG, Cecilia; GONÇALVES DA SILVA, Terezinha. Gender and Energy: Enabling

Poor Urban Households. Relatório de Pesquisa apresentado ao Winrock International, 2006.

SARDENBERG, Cecília; GROSSI, Miriam. Apresentação Dossiê. Balanço Sobre a Lei Maria Da Penha. *Revista Estudos Feministas*, vol. 23, no.2, 2015.

SARDENBERG, Cecília; MACÊDO, Márcia. Interdisciplinaridade e estudos feministas: Uma relação em construção. 2019. No prelo

SARDENBERG, Cecília; MINELLA, Luzinete (Eds). *Gênero e Ciências: mulheres em novos campos*. Coleção Bahianas, 18. Salvador, Bahia : NEIM/ EDUFBA, 2016.

SARDENBERG, Cecília; PASSOS, Elizete; COSTA, Ana Alice. 'Rural Development in Brazil: Are we practising gender or feminism?'. *Gender and Development*, Oxfam, UK, v. 7, p. 28-38, 1999.

SARDENBERG, Cecília; CAPIBARIBE, Fernanda; SANTANA, Carolina. Tempos de mudança, vidas em mutação. O empoderamento de mulheres na Bahia através das gerações. Trabalho apresentado ao Fazendo Gênero 8, Florianópolis, Santa Catarina: IEF/UFSC, 2008.

SARDENBERG, Cecília; TAVARES, Márcia, (Eds). *Violência de gênero contra mulheres. Suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento*. Coleção Bahianas, 19 Salvador, Bahia : NEIM/EDUFBA, 2016.

SARDENBERG, Cecília; TAVARES, Márcia; GOMES, Márcia. 'Monitorando a Lei Maria da Penha: Reflexões sobre a experiência do OBSERVE'. In: C. Sardenberg and M. Tavares (Eds.), *Violência de gênero contra mulheres. Suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento*. Salvador, Ba: EDUFBA, p. 41-67, 2016.

SCAVONE, Lucila. Estudos de gênero e feministas: um campo científico? Trabalho

apresentado à 31º Encontro Anual da ANPOCS, Sessão temática 7, Caxambu, M.G., 2007. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/31-encontro-anual-da-anpocs/st-7/st18-5/2952-lucilascavone-estudos/file>, Acessado em 13/setembro/2016.

SCHEFLER, Maria de Lourdes. *Movimento (s) na roça: mulheres, estratégias de luta e de reprodução no meio rural*. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA, Salvador, Bahia, 2011.

SCHEFLER, Maria de Lourdes; MACHADO, Gustavo; JORDÃO, Eliete. *Caderno de orientações metodológicas para Formadores: metodologia análise-diagnóstico de sistemas de atividades, sob o enfoque de gênero e gerações*. Salvador, Ba: REDOR, 2007.

SOARES, Gilberta; SARDENBERG, Cecília, 2008. 'Campaigning for the Right to Legal and Safe Abortion in Brazil.' *IDS Bulletin*, v.39, p.55 - 61, 2008.

SOUZA, Sandra Duarte de. "Não à ideologia de gênero!" A produção religiosa da violência de gênero na política brasileira. *Estudos de Religião*, v. 28, n. 2, p. 188-204, jul.-dez. 2014.

STACEY, Judith. The Empress of Feminist Theory is Overdressed, *Feminist Theory* 2(1): 99–103, 2001.

STACEY, Judith. Is Academic Feminism an Oxymoron? *Signs*, Vol. 25, No. 4, Feminisms at a Millennium, pp. 1189-1194, 2000.

STANLEY, Liz; WISE, Sue. But the Empress has no Clothes. *Feminist Theory* , Vol.1(3): pp.261-288, 2000.

TABAK, Fanny. Entrevista concedida à Revista ComCiência, Dossiê Mulheres, 2003.

<http://www.comciencia.br/dossies-1-72/entrevistas/mulheres/tabak.htm>

TAVARES, Márcia; SARDENBERG, Cecilia; GOMES, Márcia. Feminismo, Estado e Políticas de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres: Monitorando a Lei Maria da Penha. *Revista Labrys*, No.Especial, julho/dezembro 2011 – janeiro/junho 2012.

TEIXEIRA, Simone Andrade; FERREIRA, Sílvia Lúcia. Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos: Teoria e Práxis de feministas acadêmicas. In: Ângela Maria Freire de Lima e Souza; Alinne de Lima Bonetti... (Org.). *Gênero, Mulheres e Feminismos*. Coleção Bahianas no. 14. Salvador: EDUFBA, 2011, v. 14, p. 211-236.

THE SOCIAL JUSTICE GROUP. Is Academic Feminism Dead? *Theory in Practice*. New York, New York University Press, 2000.

UFBA - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Processo n. 23066.01859/08-14. Criação de novo curso – Bacharelado em Gênero e Diversidade. Salvador: UFBA, 2008a.

UFBA - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Proposta de criação de novo curso de graduação Estudos de Gênero e Diversidade. Salvador: UFBA, 2008b.

VAZQUEZ, Petilda Serva; VAZQUEZ, Vanessa Serva (orgs). *Gênero, Trabalho e Saúde: a experiência das mulheres no setor calçadista da Bahia*. Salvador, Bahia: NEIM/UFBA, Fast Design, 2007.

YANNOULAS, Silvia Cristina; VALLEJOS, Adriana Lucila; LENARDUZZI, Zulma Viviana. Feminismo e Academia. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v.81, no.199, p.425-451, set/dez 2000.

ZAPPAROLLI ZECCA, Mayra. “Apuntes de una Antropología del Género: El Caso de los Estudios Feministas en Costa Rica”. *Rev. Reflexiones* 83 (2): 95-106, 2004.